

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

VARIAÇÃO E FUNCIONALIDADE MODO-TEMPORAL NO PORTUGUÊS ORAL DE FORTALEZA/CE: FUTURO DO PRETÉRITO *VERSUS* PRETÉRITO IMPERFEITO NA CODIFICAÇÃO DA EVENTUALIDADE EM CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Márluce Coan

FORTALEZA, MARÇO DE 2007

FLÁVIA MAURICIA PEREIRA DE CARVALHO DIAS

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

VARIAÇÃO E FUNCIONALIDADE MODO-TEMPORAL NO PORTUGUÊS ORAL DE FORTALEZA/CE: FUTURO DO PRETÉRITO *VERSUS* PRETÉRITO IMPERFEITO NA CODIFICAÇÃO DA EVENTUALIDADE EM CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística – Mestrado – da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do título de Mestre em Lingüística. Área de concentração: Descrição e Análise Lingüística

Orientador: Profa. Dra. Márluce Coan

FLÁVIA MAURICIA PEREIRA DE CARVALHO DIAS

VARIAÇÃO E FUNCIONALIDADE MODO-TEMPORAL NO PORTUGUÊS ORAL DE FORTALEZA/CE: FUTURO DO PRETÉRITO *VERSUS* PRETÉRITO IMPERFEITO NA CODIFICAÇÃO DA EVENTUALIDADE EM CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística – Mestrado – da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do título de Mestre em Lingüística. **Área de concentração:** Descrição e Análise Lingüística **Orientador:** Profa. Dra. Márluce Coan

Fortaleza, 16/03/07

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Márluce Coan (UFC)

Proa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira (UFC)

Profa. Dra. Maria Alice Tavares (UFRN)

Profa. Dra. Emília Maria Peixoto Farias (suplente – UFC)

Agradeço a Deus por me conceder as boas oportunidades na vida; agradeço, em segundo plano, ao meu esposo, que sempre me apoiou nos meus estudos; à minha família, que, mesmo de longe, se preocupou com minha realização profissional; a todos aqueles que considero como amigos, incluindo, em especial, nesta lista, a minha orientadora, Profa. Dra. Márluce Coan, que soube, de todas as formas, ser compreensível nos momentos difíceis da elaboração desta dissertação; e aos professores do curso de Pós-Graduação em Lingüística, que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que eu pudesse chegar ao final da minha Dissertação.

Dedico este trabalho às duas pessoas que são motivo de alegria em minha vida: meu esposo, Armando Junior, e meu filho, Raul, que, embora ainda pequenino, me ensinou a ver a vida com outros olhos, de uma forma cheia de amor e esperança.

Resumo

Esta dissertação versa sobre a variação e funcionalidade modo-temporal entre o pretérito imperfeito do indicativo e o futuro do pretérito, na função de eventualidade em construções condicionais, em dados do português oral culto de Fortaleza/CE. A alternância entre as formas de pretérito imperfeito e futuro do pretérito, na oração nuclear (apódose) acoplada à hipotaxe adverbial condicional (prótase), reflete a existência de uma regra variável. Para a análise, utilizamos o *corpus* de língua falada do Banco de Dados PORCUFORT – português oral culto de Fortaleza – organizado pelo Professor Doutor José Lemos Monteiro. Para a composição deste *corpus*, foram usados 60 inquéritos (assim divididos: elocução formal, diálogo entre dois informantes e diálogo entre informante e documentador), realizados por informantes adultos da cidade de Fortaleza. Para a análise quantitativa, utilizamos o pacote computacional VARBRUL. Procuramos constatar o motivo pelo qual o futuro do pretérito e o imperfeito do indicativo se alternam e quais são os fatores condicionantes de uso de uma forma em detrimento de outra. Para tanto, foram averiguados os princípios funcionalistas *marcação* e *iconicidade*, no que tange à codificação estrutural (forma simples/forma perifrástica) e à ordem estrutural

(prótase + apódose ou apódose + prótase); as categorias tempo, aspecto, modalidade e referência, mediante análise das situações codificadas pelo futuro ou pelo imperfeito, considerando-se: estrutura temporal, tipo de verbo, graus de certeza (atitude do falante). Foram, ainda, testados sexo e tipo de inquérito. Explicamos os resultados considerando os postulados teóricos da Sociolingüística Quantitativa proposta por Willian Labov e da Teoria Funcionalista na perspectiva givoniana.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: Variação modo-temporal entre futuro do pretérito e imperfeito do indicativo	
1.1 Introdução	21
1.2 Variação modo-temporal em contextos de subordinação: construções condicionais	23
1.3 Variação modo-temporal: pretérito imperfeito do indicativo e futuro do pretérito na perspectiva da gramática tradicional	33
1.4 Considerações finais do capítulo	38
CAPÍTULO 2: Fundamentação teórica	
2.1 A linguagem no contexto social	40
2.2 A teoria da variação e mudança: regra variável e mudança lingüística	43
2.3 O funcionalismo lingüístico	48
2.3.1 Concepção de língua e gramática na perspectiva funcionalista	48
2.3.2 O funcionalismo givoniano	52
2.3.2.1 Os princípios funcionalistas propostos por Givón: iconicidade e marcação	
a) Princípio da iconicidade	54
b) Princípio da marcação	56
2.4. A teoria funcionalista em conjunto com a teoria variacionista (variação e mudança)	58
2.5. Considerações finais do capítulo	61
CAPÍTULO 3: As categorias Tempo, Aspecto, Modalidade e Referência	
3.1 Introdução	62
3.2 Tempo e Referência	62
3.3 Aspecto	68
3.4 Modalidade	74
3.5 A variação modo-temporal: alguns estudos sobre o imperfeito do indicativo e o futuro do pretérito	75
3.5.1 O estudo de Costa (1997)	75
3.5.2 O estudo de Silva (1998)	78
3.5.3 O estudo de Karam (2000)	81
3.5.4 O estudo de Domingos (2003)	82
3.5.5 O estudo de Barbosa (2005)	84
3.6 Considerações finais do capítulo	85

CAPÍTULO 4: Procedimentos metodológicos	
4.1 Introdução	87
4.2 O corpus	88
4.3 Delimitação da variável	92
4.4 Grupos de fatores testados	94
4.4.1 Ordem (iconicidade)	95
4.4.2 Tipo de verbo	96
4.4.3 Graus de certeza (modalidade)	99
4.4.4 Estrutura temporal	100
4.4.5 Uso de formas verbais simples ou construções perifrásticas	101
4.4.6 Tipo de inquérito	101
4.4.7 Sexo	101
4.5 Considerações finais do capítulo	102
CAPÍTULO 5: Análise dos dados	
5.1 Introdução	102
5.2 Variáveis selecionadas pelo VARBRUL	104
5.3 Variáveis não significativas estatisticamente	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	119

Introdução

Temos, com o presente trabalho, o propósito de analisar, por meio de dados de produções orais (diálogo entre dois informantes [D2], diálogo entre informante e documentador [DID] e elocução formal [EF]) do Banco de Dados PORCUFORT – Português Oral Culto de Fortaleza¹ – duas orações correlacionadas, em que uma delas é a hipotaxe e a outra nuclear. O foco de análise concentra-se na variação entre o pretérito imperfeito do indicativo e o futuro do pretérito, na oração nuclear acoplada à hipotaxe. Abordar-se-ão o caso de variação e a correlação oracional examinando-se: a) princípios funcionalistas de iconicidade no que tange à ordem estrutural e cognitiva (conforme Givón, 1995) e modalidade (conforme Givón, 1984 e 1993; b) as noções de aspecto (conforme Vendler, 1967); c) tipo de inquérito; d) estrutura temporal; e) sexo e f) uso ou não de perífrase verbal. Dois referenciais teóricos darão suporte à pesquisa: a Sociolingüística Variacionista de William Labov e o Funcionalismo Givoniano. A Sociolingüística conduzirá nossa investigação por operarmos com regra variável e seus condicionamentos; o Funcionalismo servirá como base para a análise e discussão de condicionamentos discursivos e cognitivos (variáveis lingüísticas), tais como a ordem e a modalidade. Os modelos teóricos escolhidos complementam-se, integram-se, haja vista que a teoria laboviana coloca língua e sociedade como inter-relacionadas, quando se observa o real uso dos elementos lingüísticos na fala, e a teoria funcionalista givoniana assinala a concepção de língua como uma atividade sociocultural, servindo a funções cognitivas e comunicativas, em que variação e mudança caminham juntas. Fatores extralingüísticos como o sexo e tipo de inquérito também serão considerados nesta pesquisa, informações estas que detalhamos na parte referente aos procedimentos metodológicos.

Procuramos, nesta pesquisa, apresentar uma visão de Gramática em uso, à qual aspectos como motivação discursiva e cognitiva, propósito comunicativo, interação entre os falantes dentre outros, são de extrema importância, por conduzirem as escolhas gramaticais. O estudo da gramática deve estar centrado no discurso e na produção textual, considerando as noções de variação e mudança propostas pela Sociolinguística, cujo postulado relaciona o caráter notavelmente social dos fatos da língua com a percepção da variabilidade a que tais fatos estão sucessivamente postos em submissão, pois se entende que a finalidade primordial de uma língua é a de servir como meio de comunicação, sendo considerada como o fruto e expressão cultural de uma sociedade. A descrição do português deve, por conseguinte, contemplar condicionamentos de natureza discursiva e cognitiva, os quais, interligados aos fatores de ordem social, determinam os usos lingüísticos.

Em relação ao dado pretendo à pesquisa e análise, achamos relevante ressaltar estudos direcionados às hipotaxes condicionais e à variação modo-temporal nas orações nucleares (apódoses). Trabalhos como o de Costa (1997), Silva (1998), Karam (2000), Domingos (2003) e Barbosa (2005) suscitaram questionamentos para que esta pesquisa se propusesse a mostrar a alternância entre o futuro do pretérito e o imperfeito do indicativo no discurso oral culto² do português de Fortaleza, visando à descrição do português falado na região Nordeste.

Os problemas levantados nos estudos dos autores supracitados respondem a questões sociolinguísticas da região em que foram desenvolvidos. Com isso, verificamos o assunto na região Nordeste, e concluímos que há carência de pesquisas sociolinguísticas que estudem o fenômeno que nos propomos averiguar. Vimos, outrossim, destacar a contribuição desta pesquisa para os estudos na área de descrição

lingüística, pois observamos que se faz mister analisar o que se encontra no uso da língua nas comunidades, e comparar ao que se apregoa em gramáticas normativas.

O nosso sistema lingüístico (o português) coloca à disposição do usuário da língua uma infinidade de recursos para que se estabeleça uma relação entre orações, ou mesmo para uni-las. Partindo-se dessa premissa, é que frases do tipo: “*Já pensaram vocês se a gente tivesse dando aula a estilo... Camões... **seria** difícil...*” / “*Já pensaram vocês se a gente tivesse dando aula a estilo... Camões... **era** difícil...*”³ seriam, do ponto de vista funcional e sociolingüístico, igualmente significativas, já que a variação da forma verbal, na oração principal, ou no evento decorrente da condicionalidade, não altera o significado referencial. Isso decorre do fato de ambas as frases atingirem o mesmo propósito comunicativo e fazerem referência a um mesmo estado de coisas, ou seja, apresentarem o mesmo significado referencial (em igual contexto) de acordo com o conceito de regra variável defendido por Labov (1978). Assim sendo, a alternância *seria* / *era* nas apódoses condicionais, nos exemplos acima, correlaciona-se às formas da oração condicional, sendo a variação do uso destes verbos que nos levou a elaborar a presente pesquisa.

Essas considerações são de grande importância para compreendermos os usos verbais em situações de eventualidade nas construções condicionais hipotáticas. Do ponto de vista normativo, Cegalla (1995), Cunha e Cintra (1985), Faraco e Moura (1999), Almeida (1983) e Garcia (2002), na ordem prototípica de constituintes, aparece, primeiramente, a oração nuclear seguida da hipotaxe condicional em que os tempos e modos verbais são o futuro do pretérito do indicativo e o imperfeito do subjuntivo, respectivamente.

As construções hipotéticas contrafactuais, na linguagem corrente, geralmente consideradas as formas "clássicas" das frases condicionais, apresentam alguns desacordos com relação às normas estabelecidas nas descrições tradicionais, quando se trata da forma verbal utilizada na oração nuclear, por exemplo: "Se eles fosse bem controlado, /tendeu? o negócio **dava** certo" (DID⁴, nº 05) em que tal forma "clássica" equivaleria ao uso do futuro do pretérito, e não do imperfeito do indicativo. Nossa proposta visa ao estudo dessa variação e dos condicionamentos que levam à escolha de uma ou outra forma.

Dividida em cinco capítulos, esta pesquisa traz, no capítulo primeiro, uma caracterização do fenômeno estudado, isto é, a variação modo-temporal das formas verbais imperfeito do indicativo e futuro do pretérito na chamada oração nuclear das hipotaxes adverbiais condicionais. Após a constatação de que os usuários da língua oral padrão do banco de dados do PORCUFORT – português oral culto de Fortaleza – utilizam, em seus enunciados narrativos, apódoses (orações nucleares) com variação verbal, abordamos o que pregam as gramáticas tradicionais a respeito do assunto – no que concerne ao uso do imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito. As considerações teóricas que fundamentam a pesquisa – cujas vertentes basilares são a teoria variacionista de William Labov e o funcionalismo lingüístico de Talmy Givón – se encontram no capítulo segundo, em que focalizamos a concepção de Língua e Gramática e princípios funcionalistas de iconicidade, marcação e continuidade tópica. Em seguida, no capítulo terceiro, encontramos uma breve explanação sobre o complexo TAMR – tempo, aspecto, modalidade e referência – e uma discussão acerca dessas categorias na análise do futuro do pretérito e do imperfeito do indicativo.

Acercamo-nos, também, no capítulo terceiro, de alguns estudos no campo da variação modo-temporal: Costa (1997), Silva (1998), Karam (2000), Domingos (2003) e Barbosa (2005), em que se averiguam os ambientes lingüísticos e sociais que levam o falante a utilizar em seu discurso um tempo verbal em detrimento de outro. Os procedimentos metodológicos se encontram no quarto capítulo desta pesquisa.

Finalmente, o quinto e último capítulo está reservado para a análise quantitativa e qualitativa dos dados, que fazemos a partir da apreciação do fenômeno da variação dos tempos imperfeito do indicativo e futuro do pretérito ora estudados em relação a grupos lingüísticos e extralingüísticos apresentados no quinto capítulo, quais sejam: tipo de verbo, ordem e grau de certeza; sexo, tipo de inquérito, estrutura temporal e uso ou não de perífrase verbal.

Assim sendo, a pesquisa a que nos propomos insere-se na linha de Descrição e Análise Lingüística e visa à análise variável do pretérito imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito, na oração nuclear de uma hipotaxe condicional. Esta investigação tem por finalidade apreciar como se revela o fenômeno da variação verbal nos atos comunicativos procedentes da língua oral. A freqüência do uso de ambas variantes assim como os condicionamentos que podem influenciar em sua alternância serão aspectos que abordaremos neste trabalho. Em suma, trata-se de averiguar se, por um lado, *o futuro do pretérito* e *o imperfeito do indicativo* nas apódoses condicionais (orações nucleares) são variantes condicionadas por quais fatores de ordem lingüística ou extralingüística.

A pesquisa contribui para a descrição do português falado na região Nordeste, especificamente na cidade de Fortaleza, alinhando-se a outras pesquisas sobre categorias verbais desenvolvidas na região Sul e Sudeste – Costa (1997), Karam (2000), Domingos (2003) e Barbosa (2005) – destacando, assim, sua relevância pela correlação entre postulados teóricos da Sociolinguística e do Funcionalismo e evidências empíricas.

Quanto aos objetivos desta dissertação, destacamos, como objetivo geral:

a) Analisar a variação e a funcionalidade das formas verbais do pretérito imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito em orações articuladas com condicionais, em dados do português oral culto de Fortaleza, considerando-se motivações semântico-pragmáticas e discursivo-cognitivas.

Já com relação aos objetivos específicos, temos:

a) Analisar a frequência de uso dos verbos no pretérito imperfeito do indicativo e no futuro do pretérito em orações nucleares articuladas com hipotaxes condicionais;

b) Fazer levantamento das possíveis motivações discursivas como ordem e suas influências na escolha do uso verbal;

c) Analisar se o tipo de inquérito influencia as escolhas dos falantes, no que concerne ao uso do imperfeito do indicativo ou futuro do pretérito, nas orações nucleares das hipotaxes adverbiais condicionais;

d) Verificar se aspecto e modalidade interferem na utilização, por parte dos falantes, das formas verbais já mencionadas, isto é, se verbos de atividade, estado, accomplishment e achievement (cf. Vendler, 1967) como também níveis de certeza e incerteza estão associados às escolhas que os falantes fazem ao usar o futuro do pretérito ou o imperfeito do indicativo (motivação semântico-pragmática), bem como averiguar se a estrutura temporal influencia na escolha do imperfeito do indicativo ou do futuro do pretérito;

e) Verificar se o uso de formas verbais simples e/ou compostas (perífrase verbal) condiciona o uso do imperfeito do indicativo em detrimento do futuro do pretérito;

f) Verificar se o sexo interfere no uso das formas verbais imperfeito do indicativo e futuro do pretérito.

Capítulo 1: Variação modo-temporal entre futuro do pretérito e imperfeito do indicativo

1.1 Introdução

É de livre escolha do falante de uma língua externar seus pensamentos à proporção que lhe sobrevêm à memória, num contexto específico. No que diz respeito à ordenação dos constituintes nas orações, ou das orações em um período e à escolha de constituintes, do ponto de vista sociolingüístico, a alternância não é decorrente de

nenhuma natureza hierárquica, mas de condicionamentos lingüísticos e sociais impostos a situações reais de uso da língua. Língua e sociedade estão intimamente relacionadas, daí se falar de uma ciência que estuda os fenômenos lingüísticos a partir do uso em uma sociedade: a Sociolingüística (Labov, 1972, 1978, 2001, 2003).

As variações vistas nos códigos lingüísticos pautam-se em diferenciados fatores de cunho lingüístico, psicológico e social. Existe um código lingüístico que está à disposição de todos os indivíduos que o compartilham num determinado grupo social, mas que é adquirido e utilizado distintamente pelos usuários deste sistema lingüístico em questão, em função de condições sociais diversas.

Propomo-nos a estudar a variação modo-temporal nas construções condicionais, mais especificamente entre o pretérito imperfeito do indicativo e o futuro do pretérito na oração nuclear (situação de eventualidade), logo após constatarmos que os falantes produzem orações hipotáticas condicionais com uma variedade de combinações modo-temporais, conforme abaixo ilustramos, em 1, de acordo com nosso *corpus* de pesquisa, o PORCUFORT. Partindo-se de uma abordagem da sociolingüística variacionista, essa variação, que não é aleatória, decorre de condicionamentos lingüísticos e/ou sociais.

1. "... se houvesse uma guerra... entre os EUA e a Rússia... o Brasil não **participava...**

"... se houvesse uma guerra... entre os EUA e a Rússia... o Brasil não **participaria...**" ⁵. (DID, nº 22)

Podemos dizer que a utilização do futuro do pretérito, em lugar do imperfeito do indicativo, na repetição do enunciado no exemplo 1, está ligada ao grau de formalidade e à tensão discursiva (por se tratar de entrevista). Notamos, também, uma espécie de “ênfase” do falante ao repetir seu discurso alternando a forma verbal de imperfeito do indicativo para futuro do pretérito, mostrando, assim, indícios de que a variação realmente existe.

A seguir, nas subseções abaixo, trataremos da variação modo-temporal em construções subordinadas condicionais, da variação entre imperfeito do indicativo e futuro do pretérito na perspectiva da gramática tradicional.

1.2 Variação modo-temporal em contextos de subordinação: construções condicionais

Para que possamos apreender melhor o assunto, faz-se mister definir o que é o processo de encadeamento das orações condicionais, segundo as perspectivas tradicionais, antes de tratarmos especificamente da variação verbal que ocorre na oração nuclear articulada com a hipotaxe condicional. Na literatura funcionalista sobre a articulação das orações, as orações subordinadas adverbiais são chamadas de *hipotaxes*, e as orações principais são denominadas de *orações nucleares*. Primeiramente, determinamos o conceito de *subordinação* (termo clássico). Se consultarmos o Dicionário de Lingüística e Gramática de Câmara Jr. (2004, p.226) e o Dicionário de Lingüística de Dubois (2004, p.567), respectivamente, temos:

Subordinação - processo lingüístico que cria o sintagma, estabelecendo entre os constituintes uma relação de determinado a determinante; portanto se opõe à coordenação em que os termos estão em *seqüência*. Assim, o adjunto está subordinado ao substantivo que ele determina, o verbo está subordinado ao sujeito, os complementos estão subordinados ao verbo. Na estrutura da frase,

entende-se por subordinação ou *hipotaxe* a construção sintática em que uma oração, determinante, e pois subordinada, se articula com outra, determinada por ela e *principal* em relação a ela". (CÂMARA JR. 2004, p.226)

Subordinação 1. mais freqüentemente nas frases complexas, a *subordinação* é a situação na qual se encontra a proposição que depende da principal (ou de uma outra subordinada que desempenha em relação a ela o papel de principal). Em conseqüência, de uma forma geral, a relação de subordinação é expressa pelas conjunções de subordinação (...). As relações de subordinação se caracterizam conforme a natureza do subordinante (...), conforme a relação que existe entre o verbo e a proposição principal, conforme o 'sentido' da subordinada (...) (DUBOIS, 2004, p.567)

Já do ponto de vista de alguns gramáticos (normativistas e descritivistas), temos as seguintes definições, começando por Said Ali (1964, p. 135): "[...] a combinação subordinativa consta de uma oração principal e uma ou mais secundárias ou subordinadas".

Oração subordinada: é a que completa o sentido de outra de que depende, chamada principal, à qual se prende por conjunções subordinativas ou pelas formas nominais do verbo. (...) A subordinada caracteriza-se, pois, pelo sentido dependente. (ALMEIDA, 1982, p. 167)

Oração subordinada: as orações sem autonomia gramatical, isto é, as orações que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração chamam-se subordinadas. Podem ser: condicionais, se a conjunção é subordinativa condicional: 'Consultava-se, receosa de revelar sua comoção / caso se levantasse' J. Alencar, oc, l, 1. 205. (CUNHA, 1985, p.287)

O período é composto por subordinação quando traz orações subordinadas, ou seja, orações dependentes umas das outras. Ex.: 'Três mulheres poderiam guardar um segredo, / contanto que duas estivessem mortas'. (SACCONI, 1986, p.286)

Construções de subordinação: construções caracterizadas pelo encaixe de uma frase em outra; construções que não incluem uma estrutura de encaixe: **condicionais** (...) articuladas por contrajunção; (...) construções que envolvem um encaixe de uma frase em outra mas cuja análise exige, por vezes, o conhecimento de noções lógico-semânticas (...). (MATEUS, 1992, p. 264)

Oração subordinada é a que depende de outra; serve-lhe de termo e completa-lhe ou amplia-lhe o sentido; quando se apresenta desenvolvida, vem geralmente ligada por um conectivo subordinativo. (CEGALLA, 1995, p. 346)

As orações subordinadas, por desempenharem sempre uma função sintática em outra oração, podem ter função equivalente à de um substantivo, adjetivo ou advérbio. (PINHEIRO, 1999, p. 66)

Oração Subordinada: uma oração subordinada é parte principal (...) os termos de uma oração fazem sempre parte dela (...) com isso, finalmente, adequamos a teoria (definição de subordinada) à prática (segmentação dos termos). Uma oração subordinada não é necessariamente a que funciona como termo de

outra oração; mas é aquela que é **parte de um termo de outra oração**.
(PERINI, 1996, p. 133-134)

As definições de subordinação que aparecem nas gramáticas normativas deixam muito a desejar, pois orações principais e subordinadas possuem um grau pragmático de dependência. Tais relações não incidem somente em um patamar sintático na frase. Ocorrem no pensamento do indivíduo relações lógicas para a efetivação do ato discursivo, podendo ser uma *condição* que permite a aparição de uma consequência (*certa ou incerta*) do acontecimento narrado.

O chamado *dinamismo comunicativo* determina as seqüências formais de uma língua para codificação de funções, nos contextos de uso. Na visão de Givón (1984), um sistema lingüístico é estruturado em seu interior como um organismo no qual existem subsistemas que se dispõem hierarquicamente. O falante escolhe as “formas” de seu discurso dirigido por pressões comunicativas refletidas na necessidade de controlar o fluxo de informação, organização e atenção. No curso do conteúdo informacional figura o que se denomina teor ideacional, em que o falante apresenta, a seu ouvinte, vários aspectos cognitivos e sociais que participam na produção do que é proferido.

Todo falante é consciente de que existem diferentes recursos gramaticais e discursivos – de acordo com os grupos lingüísticos aos quais pertença – para manifestar o pensamento. Todos, com maior ou menor exatidão, conseguem se comunicar; e sob o ponto de vista das exigências do contexto situacional é que o falante manifesta sua estruturação do enunciado lingüístico, sem esquecer que entre falante e ouvinte há uma *troca direta* de informações. Em termos gerais, pode se verificar que, numa construção condicional, a presença do imperfeito do indicativo no lugar do futuro do pretérito na

oração nuclear implica que os conteúdos proposicionais sejam *possivelmente* verdadeiros.

O processo de variação de uma língua sucede em todos os níveis de funcionamento da linguagem. Podemos, assim, arriscar a dizer que a linguagem deve ser explicada em termos sociofuncionais, atribuindo importância aos aspectos *funcionais* dos fenômenos lingüísticos em seus contextos de ocorrência. Isso motiva-nos a pesquisar o fenômeno da variação da forma verbal da oração nuclear da hipotaxe adverbial condicional – aquela que expressa situações possíveis e hipotéticas – focalizando os tempos verbais usados nas tais estruturas as quais fornecem a idéia de hipótese pretérita, apoiando-nos em pressupostos funcionalistas e, por conseguinte, nos estudos de variação lingüística (Labov, 1978).

No quesito modalidade, por exemplo, na visão de Mateus et alii (1983, p.457), existe uma adequação entre as construções hipotéticas e contrafactuais. Considerem-se, a título de ilustração, os seguintes exemplos:

2. “Se eu quisesse tomar banho, não **teria** dado tempo” (DID, nº 06)

“Se eu quisesse tomar banho, não **tinha** dado tempo”;

“Se eu quisesse tomar banho, não **daria** tempo”;

“Se eu quisesse tomar banho, não **dava** tempo”.

3. “Você só **iria** fazer isso se você fosse enterrar aqui?” (DID, nº 23)

“Você só **ia** fazer isso se você fosse enterrar aqui?”

“Você só **faria** isso se você fosse enterrar aqui?”

“Você só **fazia** isso se você fosse enterrar aqui?”

Observemos, em princípio, que os falantes produzem orações condicionais com uma grande variedade de combinações modo-temporais nas orações nucleares, com o intuito de que todas as variações tenham o mesmo significado. Percebemos que, quanto à significação, existe a hipótese de que as frases dirigem-se a um mesmo ponto semântico, diferenciando, somente, a relevância da ação posterior que se encontra na oração nuclear, em que o uso do imperfeito do indicativo parece denotar um poder de convicção maior do que o uso do futuro do pretérito, que indica incerteza e idéia um tanto quanto longínqua do pensamento do falante em relação à realização da situação perante o ouvinte.

Nas frases do exemplo 3, quando a construção da hipotaxe adverbial condicional é apresentada depois da oração nuclear, temos a noção de que, em termos de relevância, o destaque é para a oração nuclear, independentemente da forma verbal utilizada pelo falante, já que a significação em termos referenciais destas formas verbais é a mesma.

Devido à nossa especial atenção ao estudo de uma regra variável em contextos de condição, pesquisamos, em diversas gramáticas, o que alguns reconhecidos autores dizem a respeito das estruturas condicionais visando à verificação da abordagem da variação modo-temporal por esses autores.

Consideramos, inicialmente, o que diz Almeida (1983, p. 530): “conjunções condicionais: são as que ligam duas orações sendo a subordinada em relação de condição de hipótese e suposição para uma principal. Ex.: ‘eu só sairei se ele entrar’”.

Em Cunha e Cintra (1985, p. 579), temos a seguinte definição de oração condicional: “orações condicionais: se a conjunção é subordinada condicional. Ex.: ‘Tudo vale a pena / **se** a alma não é pequena’(F. Pessoa)”.

Ora, a explicação dada pelos autores suscita a percepção de que em momento algum há correlação do estudo da oração condicional com o verbo adotado na sua estrutura (tanto na oração principal quanto na oração subordinada), cujo *déficit* é o que possibilitou nossa observância para focalizarmos nosso estudo na variação dos verbos usados – futuro do pretérito e imperfeito do indicativo na principal (oração nuclear) – juntamente com a constância da ocorrência dos tempos verbais mencionados e fatores que determinam um uso e não outro.

Para Cegalla (1995, p.362-364.): “As orações subordinadas adverbiais têm a função dos adjuntos adverbiais, isto é, exprimem circunstâncias de tempo, modo, condição (...) As condicionais exprimem condição, hipótese”. Ex.: “Escrevesse eu livros, estaria rico”. O autor ainda diz que “às vezes, a oração condicional aparece justaposta. A conjunção **se** aparece, às vezes, com valor aproximado de **visto que**, transmitindo uma idéia de *causa*. A oração *funciona* como base ou ponto de partida de um raciocínio. Ex.: ‘**se** a alimentação é uma necessidade básica, cumpre incentivar a agropecuária” (p.365).

Aqui, conforme o autor, a descrição do fenômeno da oração subordinada condicional é introduzida por um conceito que é interpretado, superficialmente, como *função*. “(...) as subordinadas adverbiais têm a *função dos adjuntos adverbiais*, i. é, *exprimem circunstâncias* (...) as condicionais exprimem condição, hipótese”. O autor, assim, pressupõe que circunstâncias (tempo, modo, condição) *são codificadas no discurso*, como adjuntos adverbiais; a funcionalidade de uma circunstância é caracterizar algo. Assim, Cegalla não faz referência aos usos verbais nem às relações discursivas das condicionais, ou seja, as premissas a serem pesquisadas neste projeto – variação e funcionalidade – não são contempladas: “Se o conhecesses, não o **condenarias**” (p.364) / “Se o conhecesses, não o **condenavas**”.

Em Faraco e Moura (1999, p.487), a aceção das orações subordinadas condicionais é de que “indicam a situação necessária para que ocorra ou não uma ação do verbo da oração principal, ex.: ‘a visita **seria** *carnavalesca*, se não fosse macabra””. Ainda há a observância de que “a locução conjuntiva *como se* sintetiza as idéias de comparação e hipótese. Alguns autores desdobram a locução assim: **Sorria** *como se tivesse ganho na loteria*”. Nesta ocasião, encontramos em Faraco e Moura uma compreensão mais abrangente para orações subordinadas condicionais, já que elas exprimem *modo, tempo, condição*. E vão além: citam a locução conjuntiva *como se* como um desmembramento da conjunção condicional *se*. Enfocamos mais uma vez o estudo no fenômeno da alteração dos verbos utilizados pelo falante que as gramáticas não abordam nos períodos condicionais, quando há referência a uma condição passada.

Garcia (2002) afirma que, nas orações subordinadas – que também são chamadas de hipotaxe – o que ocorre, na verdade, é um “processo de hierarquização”,

em que a dependência semântica de uma oração se ativa em virtude da função de uma outra oração. Assim, para o autor, “orações subordinadas adverbiais condicionais expressam condição ou suposição: a) Se não podes dizer a verdade, é preferível que te cales; b) A não dizeres a verdade, é preferível que te cales; c) Não dizendo a verdade, nada conseguirás”.

As orações subordinadas condicionais mais comuns podem expressar: a) um fato de uma realização impossível (hipótese irrealizável) quando o verbo da subordinada e o da principal estão em tempo *perfectum*, i.e., tempo de ação completa: ‘Se me tivessem convidado, teria ido’ (o pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo – *tivessem convidado* – e o futuro do pretérito composto - *teria ido* são tempos de ação completa, ação terminada); b) desejo, esperança, pesar (geralmente em frase exclamativa e reticenciosa em que a oração principal, quase sempre subentendida, traduz um complexo de situações mais ou menos indefinível): ‘Ah, se eu soubesse!...’ ‘Se ele deixasse!...’ ‘Se a gente não envelhecesse!...’ (GARCIA, 2002, p. 97).

Iniciando um estudo mais crítico no que tange às gramáticas tradicionais, verificamos o fato de que os gramáticos trazem a mesma definição para o que seja “apódose e prótase” (oração nuclear e hipotaxe, respectivamente) e o que é ainda mais angustiante, a explicação trazida parece algo “óbvio”: “as orações condicionais exprimem condição, hipótese” (Cegalla, 1995, p. 364).

O que emana, sobretudo, quando se parte do *ajustamento* da linguagem aos contextos de uso, é que o ensino de língua materna seria mais interessante e dinâmico se regulado numa reflexão sobre as variedades lingüísticas, a fim de que o estudante/falante perceba esse trabalho como estudo de uma língua utilizada para determinados fins. Todavia, não podemos olvidar que a primordial atribuição de uma gramática é a de dar acesso à língua de prestígio: tanto a modalidade escrita como a

modalidade oral são manobradas mais adequadamente por aqueles que fazem uma sociedade letrada.

Achamo-nos, destarte, no direito de constatar aquilo que não traria demasiado esforço para tal conclusão: no que diz respeito ao ensino em nossas escolas, encontra-se, ainda, por parte dos professores, o relaxamento quanto à questão da variabilidade lingüística, e isto é algo de considerável importância – o domínio das regras variáveis – para que se possa compreender um texto. E por que somos levados a tal constatação? Isso se explica da seguinte forma: a partir de dados extraídos da comunicação lingüística dos falantes da língua portuguesa, sejam orais ou escritos, existe, na comunicação, uma mudança das formas verbais nas estruturas condicionais; hoje, na linguagem oral, há uma tendência à utilização de formas verbais variantes, conforme se verifica nos exemplos abaixo:

4. “Se eu quisesse tomar banho, não **teria** dado tempo” (DID, nº 06) / Se eu quisesse tomar banho, não **tinha** dado tempo”;
“Se fosse Pelé **era** diferente...”(DID, nº 24) / “Se fosse Pelé **seria** diferente...”.⁶

A interação entre o social e o individual no procedimento de composição de um discurso, já é vista como indissociável. O indivíduo, em sua afinidade com a língua, exerce uma ação *funcional*, na medida que é compelido a eleger uma entre diversas possibilidades significativas que são oferecidas a ele numa estrutura lingüística. Posto isso, a questão processual dos fenômenos lingüísticos das orações nucleares condicionais, em português, com suas variações merece, sem hesitação, especial atenção para que seu estudo possa se tornar mais uma fonte de investigação,

buscando, para a presente pesquisa, uma fundamentação tanto na Sociolingüística Variacionista quanto no Funcionalismo Lingüístico, que se assinalam em conceber a língua como ferramenta de interação.

Vimos, outrossim, que, com base na proposta funcionalista de articulação de orações, o emprego de formas variáveis futuro do pretérito ou imperfeito do indicativo pode indicar estratégias argumentativas do falante, o comprometimento (nível de certeza) ou o distanciamento (nível de incerteza).

Assume-se, assim, que o código lingüístico possa ser considerado como uma estrutura que está sujeita à influência das mais variadas situações discursivas, tendo em vista os acontecimentos lingüísticos nos mais variados contextos dos eventos sociais. O contexto situacional, numa circunstância em que indivíduos procuram definir suas finalidades comunicativas, determina que *funções* da linguagem – a partir do próprio registro de fala e das regras sociais de cada comunidade – o indivíduo assume para o desenvolvimento e entendimento dos atos de fala (Givón, 1995).

1.3 Variação modo-temporal: pretérito imperfeito do indicativo e futuro do pretérito na perspectiva da gramática tradicional

Para que possamos compreender melhor o fenômeno da variação modo-temporal das construções condicionais, é de suma importância mostrar como as gramáticas tradicionais tratam os usos verbais, especificamente dos pretéritos em análise.

Observa-se, ao consultar as gramáticas tradicionais da língua portuguesa, que o pretérito imperfeito do indicativo é apontado como um tempo que noticia uma ação de

hábito, que se tenha realizado num intervalo de tempo passado; já o futuro do pretérito é marcado como a forma que codifica uma hipótese, a incerteza a um futuro relativo num tempo passado.

Certos autores, como Melo (1978), Cegalla (1979), Cunha e Cintra (1985), Sacconi (1986), Faraco e Moura (1999) e Bechara (1999), afirmam que um tempo verbal pode ser substituído por um outro. Entretanto, Rocha Lima (1978), por exemplo, não menciona nada a respeito do assunto. A partir dos autores que afirmam que uma forma verbal pode ser “substituída” pela outra, verificaremos como descrevem o fenômeno da variação.

Cunha e Cintra (1985), ao abordarem o pretérito imperfeito do indicativo, destacam a substituição do futuro do pretérito pelo imperfeito do indicativo, restringindo, pois, esta substituição às construções hipotéticas, que geram certeza: “tempo que pode ser empregado pelo futuro do pretérito para denotar um fato que seria consequência certa e imediata de outro, que não ocorreu e não poderia ocorrer. Por exemplo: ‘Se eu fosse mulher, eu *ia* também!’” (Cunha e Cintra, 1985, p. 440). Ainda no que tange ao futuro do pretérito, revelam que este tempo “é empregado nas afirmações condicionadas, quando se refere a fatos que não se realizaram e que, provavelmente, não se realizarão”, por exemplo: ‘Se não houvesse diferenças, nós *seríamos* uma pessoa só’ (p. 451). Percebemos, assim, que há uma tendência de troca de um tempo verbal pelo outro, tendo relevância a idéia de irrealidade que está presente no contexto.

A propósito da alternância entre os dois tempos verbais, os autores dizem que

o futuro do pretérito pode ser substituído pelo imperfeito do indicativo nas orações condicionais. Comparem-se as seguintes asserções: a) sem a sua interferência, eu **estaria** perdido; b) sem a sua interferência, eu **estava** perdido. Na primeira, o fato principal (estar perdido) é apresentado como consequência provável da condição que não ocorreu; na segunda, ele aparece como o efeito imediato e inelutável dela. (CUNHA E CINTRA, 1985, p. 452).

Cegalla (1979, p. 375, 378), ao tratar do emprego do imperfeito do indicativo, diz que “o imperfeito do indicativo substitui o futuro do pretérito e também que se usa o pretérito imperfeito nas orações condicionais”: a) “Se trabalhasse, **estavas** rico; b) Se soubesse, não **perguntava**”. Podemos, deste modo, observar que Cegalla põe em níveis de igualdade, no contexto que expressa uma condição, os dois tempos verbais: imperfeito do indicativo e futuro do pretérito.

Embora não traga exemplos que ilustrem sua afirmação, na perspectiva de Melo (1978, p. 182), “sobretudo na linguagem familiar, emprega-se o imperfeito pelo futuro do pretérito”. Assim como os outros autores, Melo não cita reflexões a respeito da alternância de uma forma verbal por outra. Ele comenta a variação na linguagem coloquial, embora não trate de compará-la.

Cegalla (1986), por exemplo, traz uma sutil referência à alternância do uso do imperfeito do indicativo em detrimento ao futuro do pretérito. A definição por ele utilizada

confirma a idéia de que é perfeitamente possível o uso de ambas as formas verbais aqui mencionadas. Vejamos:

O pretérito imperfeito enuncia um fato passado, porém não concluído, um fato que se prolongou: 'enquanto *subia* o morro, *ia* admirando a paisagem'; traduz um fato habitual, durativo: 'Aurélio *vivia* sempre quieto'; usa-se com modéstia e polidez, um desejo, um pedido: 'professor, eu *desejava saber...*'; substitui o futuro do pretérito: 'se trabalhasses, *estavas rico*' [estavas = estaria]. (CEGALLA, 1986, p.512).

Ainda para o autor, com relação ao futuro do pretérito, temos:

Exprime um fato futuro, condicionado a outro: 'Eu *iria* à festa, se não chovesse'; exprime um fato futuro em relação ao passado: 'Afirmei, naquela ocasião, que não o *apoiaria*'; emprega-se nas fórmulas de polidez: '*Desejaria* falar com Vossa Excelência'; pode exprimir dúvida, incerteza, probabilidade: '*seria* verdade o que dizem dele?' (CEGALLA, 1986, p.515).

Bechara (1999, p. 278), ao se referir à alternância dos verbos usados nas orações condicionais, preconiza que o imperfeito "pode substituir, principalmente na conversação, o futuro do pretérito, quando se quer exprimir fato categórico ou a segurança do falante". No seu exemplo, o autor somente mostra a alternância, não abordando reflexões: "Se me desprezasses, ***morreria, matava-me***".

Sacconi (1986, p. 160) diz que o imperfeito do indicativo:

Como o próprio nome indica, exprime fundamentalmente um fato passado não concluído ou que perdurou muito antes de concluir-se (...) Quando se deseja imprimir ênfase ao estilo, emprega-se o pretérito imperfeito do indicativo: 1. para atenuar um pedido: 'você *podia* emprestar-me duzentos cruzeiros, Luís?'; 2. pelo futuro do pretérito, em duas situações: a) simplesmente substituindo-se um pelo outro, caracterizando-se, assim, a língua falada e para indicar que o fato seria consequência certa e imediata de outro, que é irreal: 'Se eu fosse

prefeito, *desapropriava* toda essa região'; b) para exprimir a nossa vontade, mas de modo cortês: 'Se eu fosse você, não *ia* lá'. (SACCONI, 1986, p. 160).

Com relação ao futuro do pretérito, temos:

O futuro do pretérito simples indica: 1. um futuro certo, mas ainda dependente de certa condição: 'O pai *ficaria* feliz se o filho seguisse a carreira diplomática'; 2. polidez para fato presente: '*Gostaria* de vê-la novamente'. O futuro do pretérito composto indica: 1. fato que poderia ser realizado posteriormente a outro fato passado: '*Teria vendido* o terreno se soubesse desse aumento de imposto'; 2. incerteza sobre um fato passado mediante certa condição: '*Haveríamos colhido* tanto se não chovesse?' (SACCONI, idem p. 165-166)

Para Faraco e Moura (1999):

O imperfeito do indicativo expressa um fato não concluído do passado; substitui o futuro do pretérito: 'Se eu pudesse ficar sem escrever, não *escrevia*'; conota polidez: '*Queria* que vocês caprichassem mais nos trabalhos'. Quanto ao futuro do pretérito, diz que "pode ser substituído pelo pretérito imperfeito do indicativo": 'Ah, se eu fosse você, eu *voltava* pra mim'. (FARACO E MOURA, 1999, p.346-347)

Entre os gramáticos acima citados, o que constatamos é a concordância de que os dois tempos verbais – imperfeito do indicativo e futuro do pretérito – podem ser *substituídos* um pelo outro, tendo em vista o valor semântico que estes tempos verbais assumem quando o contexto é um período condicional hipotético, contrafactual. Podemos chegar à conclusão de que a gramática tradicional não acerca de forma extenuante a variação, sendo destarte este fato merecedor de profundas reflexões, haja vista os gramáticos tecerem considerações de como a língua oral é usada em suas aplicações: formal e familiar, tendo como ponto basilar aspectos de polidez nos usos de um tempo verbal na linguagem formal em detrimento do outro tempo na linguagem familiar.

O que vemos, nas gramáticas dos autores citados acima, é que tanto Cegalla (1986, p. 512) como Sacconi (1986, p. 165-166) e Faraco e Moura (1999, p. 346-347) persistem na afirmação de que podemos utilizar o imperfeito do indicativo para exprimir um pedido, um desejo “com modéstia e polidez”. Ora, sabemos bem que *tradicionalmente* pertence ao futuro do pretérito esta *função*. Isto somente vem corroborar com a afirmação de que a forma verbal do imperfeito do indicativo é uma *variante* do futuro do pretérito. Sacconi (1986, p. 165) chama a atenção de que é possível a “troca” de uma forma verbal por outra. O autor ainda especifica que essa “troca” é comum na língua falada.

1.4 Considerações finais do capítulo

Nesta primeira parte da dissertação foi caracterizado o fenômeno a ser estudado, que é a alternância entre o futuro do pretérito e o imperfeito do indicativo nas orações nucleares (apódoses) das hipotaxes adverbiais condicionais, no português oral culto dos falantes da cidade de Fortaleza/Ce. Além disso, vimos como é abordado o assunto pelas gramáticas tradicionais por Melo (1978), Almeida (1982), Cunha e Cintra (1985), Cegalla (1995), Faraco e Moura (1999), e Bechara (1999). Sendo assim, verificamos a aceitação por parte dos gramáticos de que os dois tempos verbais – imperfeito do indicativo e futuro do pretérito – podem ser *substituídos* um pelo outro, tendo em vista o valor semântico que estes tempos verbais assumem quando o contexto é um período condicional hipotético, contrafactual, na oração nuclear.

Em seguida, na segunda parte desta dissertação, apresentaremos a parte teórica, a qual fundamenta nosso objeto de pesquisa, isto é, a variação modo-temporal

entre futuro do pretérito e imperfeito do indicativo nas orações nucleares das hipotaxes adverbiais condicionais.

Capítulo 2: Fundamentação teórica

2.1 A linguagem no contexto social

É sabido que o objetivo primordial de uma língua, sendo produto sócio-cultural, é de servir como instrumento comunicativo entre seus falantes. A função social da linguagem, é, pois, permitir contatos entre os indivíduos, deixando evidente uma certa dependência entre língua e sociedade. Os efeitos desta dependência lingüístico-social se destacam na escolha lexical e no conteúdo ideológico.

No que tange aos estudos sociolingüísticos, sabemos que a variação lingüística é um atributo intrínseco a um sistema lingüístico, tanto sincrônica – revelando heterogeneidade dialetal – como historicamente. A noção de língua alude ao prestígio dessa dinâmica de mudança que faz com que qualquer língua não resista à normatização, como, de fato, as gramáticas tradicionais assim preconizam.

Enfatizando a heterogeneidade, é trivial depararmos-nos com mais de uma forma equivalendo a um mesmo significado referencial, seja no domínio fonético, vocabular, mórfico ou sintático. A heterogeneidade das estruturas lingüísticas é parte da competência lingüística dos falantes, levando-nos à conclusão de que a ausência de heterogeneidade estruturada na língua seria tida como disfuncional (Weinreich, 1968).

Para que se entenda melhor o assunto, é necessário que recorramos à noção de norma padrão, social e estigmatizada. Vejamos o que Mattos e Silva (2001) diz a respeito da norma padrão:

(...) **norma padrão:** conceito tradicional, idealizado pelos gramáticos pedagogos, diretriz até certo ponto para o controle da representação escrita da língua, sendo qualificado de **erro** o que não segue esse modelo. De fato a **norma normativo-prescritiva (norma padrão)** passa a ser a norma codificada nas gramáticas pedagógicas que se repetem tradicionalmente de gramático a gramático. Distancia-se da realidade dos usos, embora com alguns deles se interseccione, é parcialmente reciclada ou atualizada ao longo do tempo pelas imposições evidentes, decorrentes da razão universal de as línguas mudarem e suas normas também, entre elas, a que serve de modelo à **norma padrão**. (MATTOS E SILVA, 2001, p. 14)

Sabemos que a norma padrão está, freqüentemente, relacionada à linguagem de uma classe que possui mais escolaridade e que se situa num patamar economicamente favorável. A norma padrão também se relaciona à escrita, visto que o equilíbrio do sistema de escrita é que respalda a descrição do português pelas gramáticas tradicionais.

Posto isto, a partir do momento em que estudamos o uso de uma língua em sua comunidade, perceberemos o quão é real sua variação, pois homens e mulheres, de várias idades, de diversas classes sociais, interagem na comunicação lingüística, em estilos diferentes de fala, ou seja, no culto e no coloquial – exemplificando, o uso do

haver e do *ter*: a) “Mateus disse que **havia** pessoas na sala”; b) “Mateus disse que **tinha** pessoas na sala” – o que acarreta uma diversificação de formas estilísticas na escolha do falante, em que um conjunto de elementos estruturais e semânticos ocasiona várias alternativas com um certo nível de equivalência, diferindo apenas em termos probabilísticos.

Com relação às normas sociais e às estigmatizadas, MATTOS E SILVA (2001) diz que:

Normas sociais: (...) atuantes nos usos falados de variantes das línguas. São normas que definem grupos sociais que constituem a rede social de uma determinada sociedade. Distinguem-se, em geral, das normas “sem prestígio social” ou estigmatizadas e das normas de “prestígio social”, **equivalentes ao que se denomina norma culta, quando o grupo de prestígio que a utiliza é da classe dominante e, nas sociedades letradas, aqueles de nível alto de escolaridade.** (MATTOS E SILVA, 2001, p. 14 grifo da autora)

Em uma perspectiva pedagógica, certamente seria mais interessante para o aluno compreender o que ocasiona e como são estabelecidas diferentes formas de *falares*, percebendo, assim, que a alternância das formas decorre da atribuição dos valores sociais aos usuários de um determinado dialeto.

Quando se extraem dados de atos comunicativos, a teoria variacionista tem em seu poder exemplos de estruturas da língua em condições reais de uso nos contextos sociais, apontando, assim, quais formas são *variantes lingüísticas*, ou seja, quais formas ocorrem em uma mesma situação comunicativa.

O falante, numa determinada circunstância, seleciona, de forma mais ou menos consciente, uma dentre as variantes concorrentes na estrutura lingüística. E a opção do falante pode variar conforme a situação a que esteja exposto, pois a sua escolha é determinada, por exemplo, pela intenção do falante de facilitar a sua aceitação em um determinado ambiente ou segmento social, ou pode resultar também da aceitação ou negação de um padrão lingüístico imposto

institucionalmente, ou característico de um outro grupo social (...) (LUCCHESI, 2004, p.172).

Podemos falar em *variação lingüística*, quando duas formas distintas, possuidoras de um mesmo significado referencial, e sujeitas a diferentes condicionamentos sociais e lingüísticos, assumem o papel de *variantes lingüísticas* de um conteúdo informativo em um contexto. A variação na fala de um indivíduo é algo intrínseco e sucede nos níveis fonológico, morfológico e sintático de um sistema lingüístico.

No sentido de que a variação lingüística é natural à língua em uso em uma comunidade de fala, formas que se alternam em um mesmo ato comunicativo são chamadas de variantes lingüísticas, devido ao fato de possuírem o mesmo significado, e de serem aceitas por seus falantes, como detentoras do mesmo sentido.

2.2 A teoria da variação e mudança: regra variável e mudança lingüística

É a Teoria da Variação e Mudança Lingüística proposta por Willian Labov (1972, 1994, 2001, 2003) que norteia a pesquisa, por estabelecer um aparato teórico-metodológico para se analisar a heterogeneidade lingüística, isto é, a variação – própria ao sistema da língua e que está sujeita a condicionamentos lingüísticos e/ou extralingüísticos. Ao se estudar a variação lingüística, pode-se observar, ao mesmo tempo, se uma língua está em processo ou não de transformação. Vale advertir, no

entanto, que nem toda variação implicará uma modificação lingüística. Citando Weinreich, Herzog e Labov (1968), o estudo da linguagem não deve ser verificado, somente, no “dialeto do indivíduo”, que forma uma “comunidade de fala”, mas também no que se transforma no decurso do tempo, pois variação não implica, necessariamente, mudança; no entanto, mudança lingüística pressupõe variação. A noção de variável lingüística foi introduzida com base na forma que varia dentro de um sistema lingüístico, sistema este que é regido por regras aceitáveis pela própria comunidade de fala, isto é, o que se é dito e compreendido pelos próprios usuários da língua. Essas variáveis são analisadas com base em grupos de fatores⁷, para que tenhamos como fim a explicação da alternância de um termo em relação a outro no momento da comunicação. Em se tratando das transformações direcionadas em uma língua, podem ser estudadas por meio de um julgamento por distribuição de faixas etárias ou por tempos distintos, em uma comunidade de fala. Uma vez admitida a idéia de que indivíduo e sociedade não se separam, a fala não pode ser afastada daquilo que é social.

No que tange à comunidade de fala, o conceito laboviano (1972) de língua como estrutura (a sopesar tanto os seus aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos passíveis de mudança) se liga com a idéia de contexto social e sua função comunicativa. A lingüística deve ter, como objeto de estudo, “o instrumento de comunicação utilizado pela comunidade de fala” (1972, p. 187). Ainda conforme Labov (1972, p. 192), “membros de uma comunidade de fala compartilham um conjunto comum de padrões normativos mesmo quando encontramos variação altamente estratificada na fala real”.

Labov, em seus primeiros trabalhos, correlaciona regra variável e atuação dos fatores sociais implicáveis, atuação que não aparece, por exemplo, no estudo da variação entre ativa com pronome generalizado e passiva sem agente, surgindo, assim, a polêmica das discussões entre Labov (1978) e Lavandera (1978).

Lavandera (1977), em suas observações, critica os estudos de Labov no que concerne à variação ao se considerar estruturas lingüísticas no âmbito da sintaxe, como nos exemplos das construções ativas e passivas: “*Arrombaram o armário de bebidas*”; “*O armário de bebidas foi arrombado*” pois, na visão desta autora, qualquer que seja a construção, excluindo aquela que pertence ao nível fonológico, possui sua própria significação; também se faz presente o questionamento a respeito de que somente a estrutura fonológica de uma língua é que suporta uma espécie de controle social e estilístico.

Labov, por sua vez, defende seus argumentos explicando a razão do estudo da variação e a descrição da linguagem humana. Para o autor,

As variações lingüísticas não são por elas mesmas uma teoria de linguagem, e, sim, são todas um conjunto de regras e métodos que conduzem à descoberta. Não é acidentalmente que a teoria lingüística veio da análise da variacionista de dizer a mesma coisa. Métodos eficazes provenientes de estudos quantitativos são propriamente algo significativo para a nossa compreensão da estrutura e função da linguagem. A análise sociolingüística é normalmente e naturalmente associada a uma visão mais vasta do uso da linguagem do que a uma abordagem introspectiva da mesma. Não importa quão distante nós penetremos nos detalhes da estrutura lingüística, nossos métodos de juntar dados inevitavelmente nos fazem retornar a primeira questão a qual Lavandera se referiu no início. A análise sociolingüística pergunta: porque alguém diz alguma coisa? A resposta mais dada freqüentemente é: para comunicar. Mas isto não é muito esclarecedor. Para comunicar que tipo de informação? Ainda que a lingüística formal reconheça a existência de informações expressivas e afetivas, estas estão, na prática, subordinadas ao que eu vou chamar de “estados de coisas”. Para ser mais preciso, eu gostaria de dizer que duas elocuições que se referem a um mesmo “estado de coisas” tem um mesmo valor de verdade. (LABOV, 1978, p. 1-2).⁸

Labov argumenta sobre o imperativo de acatar estruturas cuja significação seja a mesma. A língua é um *objeto* social que, por tal razão, deve ser estudada no grupo de fala, no entanto a variabilidade lingüística na “gramática da fala”, nem sempre decorre de fatores sociais, isto é, nem sempre estes fatores são estatisticamente significativos mas devem ser controlados para fim de se ter um resultado mais seguro dos fenômenos que se propõe estudar.

Labov (2001, p.34) afirma que é por intermédio da influência social de cada indivíduo que a comunidade de fala constitui regras a partir dos recursos disponíveis no sistema lingüístico vigente, em que podemos averiguar, assim, certas formas que se mostram representativas acerca da possível *mudança* que se desenvolve na comunidade de fala.

Um outro feito nos estudos de Labov (1994) é o que se refere à mudança em tempo aparente e à mudança em tempo real. Para o autor, o que se percebe como princípio de uma mudança lingüística é o que se verifica em um *tempo real* e o que se verifica em um *tempo aparente*. A mudança torna-se *aparente* quando é validada a correlação entre a idade dos indivíduos e a variável que está sendo averiguada em um mesmo período cronológico (em que a mudança em tempo aparente é vista como um prognóstico do pesquisador, podendo ou não ser efetivada); a estrutura da língua no indivíduo, à proporção que envelhece, não se modifica. Dessa forma, quando se escolhe um certo grupo social para se estudar a língua e comparamos a fala de pessoas mais velhas com a fala das mais novas, podemos averiguar que existem diferenças entre as duas linguagens. É justamente por meio da distribuição da faixa etária, num determinado período de tempo, que obtemos a distribuição do comportamento lingüístico do grupo social em questão. A este fenômeno denominamos

de mudança em *tempo aparente*. Já a mudança em tempo *real* pode ser vista em estudos diacrônicos de certos fenômenos que acontecem no sistema lingüístico, fazendo-se uma comparação dos dados utilizados no decorrer do tempo, em que os usuários de uma língua modificam seu comportamento lingüístico ao longo do percurso de vida.

Para Bright (1974), existe um conjunto de fatores socialmente definidos em que se baseia a variedade lingüística. A diversidade da língua está inserida nas comunidades de fala, em que as mais diversas formas de falar – expondo o mesmo sentido, mudando a forma – são chamadas de variedades lingüísticas. Logo, não há hegemonia na língua. Estas mesmas variedades que são usadas pelos falantes devem obedecer às perspectivas sociais convencionais, sendo decorrentes das funções circunstanciais das intenções e interações verbais.

O que denominamos regra variável engloba diversas formas de expressar um mesmo significado, apresentando, assim, as variantes lingüísticas. Considerando-se o fenômeno em estudo nesta Dissertação, a forma verbal do pretérito imperfeito do indicativo pode adquirir o mesmo cunho referencial do futuro do pretérito, quando codificam a função de eventualidade em uma oração nuclear (apódose) seguida de uma hipotaxe condicional (prótase).

2.3. O funcionalismo lingüístico

2.3.1 Concepção de língua e gramática na perspectiva funcionalista

Um dos escopos fundamentais da abordagem funcionalista é conferir o caráter de como um sistema lingüístico é empregado por seus falantes para fins comunicativos - as funções desempenhadas com o propósito de alcançar os próprios intentos do ato comunicativo - já que tanto o modo funcional da língua como sua

dinamicidade são importantes; e em sendo a língua dinâmica, conseqüentemente, não está à margem das variações e transformações.

A língua deve ser concebida como um sistema funcional, como um sistema de meios de expressão ajustados a um fim: a comunicação e expressão como meio de interação. O escopo fundamental do funcionalismo é o reconhecimento de que a linguagem não é um fenômeno independente. Ao funcionalismo interessa a linguagem sob a forma das diversas línguas, que são diferentes umas das outras, o que não é meramente accidental. Segundo Votre e Naro (1989, p.170 - 171), por exemplo, o modelo da língua emana do uso que se faz dela, da sua interlocução.

Numa perspectiva funcionalista, toda explicação lingüística deve ser apanhada na relação entre linguagem e uso, ou seja, na totalidade de caráter social. Esta perspectiva estuda a linguagem como um instrumento de intercâmbio social, destarte, a descrição da linguagem como um requisito pragmático da interação verbal. Na vertente funcionalista, a pragmática representa a parte mais ampla em que se devem estudar também a construção gramatical (sintaxe) e a semântica.

Em uma análise funcionalista, a averiguação lingüística procura a motivação para os eventos da língua. É o funcionalista que verifica o sistema lingüístico como meio de interação, tendo em vista um relacionamento entre o que se considera funcional e dinâmico e o que se considera sistemático na língua. Em relação ao aspecto funcional, há a junção do sistema da língua e do preenchimento das suas funções; já no aspecto dinâmico, há o reconhecimento do que é instável na língua.

Givón (1995, p. 5-9) lança sua proposta funcionalista constituindo uma correlação entre gramática e comunicação, em que as táticas de uso da língua se ajustam aos padrões comunicativos da gramática. Assim sendo, os falantes, pressionados pelo próprio ato comunicativo de um sistema lingüístico, elegem certas formas, o que corrobora nossa afirmação de que a gramática não é um conjunto de regras fixas no tempo e no espaço; contrariamente a esta definição, dizemos que ela é um conglomerado de estratégias comunicativas que são utilizadas para uma comunicação conexa entre as pessoas, em que o intercâmbio entre forma e função propicia a não-arbitrariedade.

O emprego de uma expressão lingüística no ato comunicativo se faz preponderante nos estudos funcionais. A gramática funcional – ao contrário da gramática tradicional – traz à baila uma explicação do que é sintático e do que é semântico quando mencionamos os chamados padrões lingüísticos, pois, numa gramática funcional, encontramos uma análise das formas integradas à situação de fala, sem descartar aquilo que é cognitivo, que é comunicativo e social, implicando a variação e a transformação lingüísticas, que são oriundas do discurso. Destarte, temos:

Em princípio se poderia dizer, pois, que o que o tratamento funcionalista de uma língua natural põe sob exame é a competência comunicativa. Isso implica considerar as estruturas das expressões lingüísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração. Ao lado da noção essencial de que a linguagem é um instrumento de comunicação, encontra-se nos funcionalistas um tratamento *funcional* da própria organização interna da linguagem. (NEVES, 2001, p. 02)

Desta forma, a estrutura da língua evidencia-se como comprometida com sua função social. Assim,

o estudo de uma língua exige que se leve rigorosamente em conta a variedade das funções lingüísticas e dos seus modos de realização [...] Essa concepção funcional da língua deve ser vista como uma tentativa de dar mais concretude à concepção 'até certo ponto fictícia' de língua que emanava da teorização de Saussure. (LUCCHESI, 2004, p. 86)

Nos estudos funcionalistas, a gramática é vista como um sistema maleável, constituído pelas expressões lingüísticas utilizadas pelos falantes, expressões estas que são intencionais de acordo com o propósito comunicativo em questão. A motivação de novas estruturas gramaticais se manifesta na medida que necessidades de comunicação não são satisfeitas, bem como quando não há designação lingüística adequada de conteúdos cognitivos.

A competência comunicativa é avaliada pela gramática funcional como uma aptidão que os usuários de uma língua possuem para codificar e decodificar os constituintes lingüísticos, usá-los e interpretá-los de uma sorte que satisfaçam a interação comunicacional.

A gramática jamais se configura como estagnada e completa quando abordamos um sistema lingüístico natural. Ela sofre adaptações à proporção que responde às pressões externas à língua, em real situação de comunicação:

[...] as pressões de uso geram regularidades e irregularidades. Segundo Lichtenberk (1991, p.76), toda língua apresenta áreas que estão em fluxo, o que faz com que surjam novas variações, decorrentes do aspecto criativo do discurso. Por outro lado, a comunicação pressiona a língua em direção a uma maior regularidade e iconicidade. A competição dessas duas forças faz com que as gramáticas das línguas nunca sejam estáticas (...) para os funcionalistas, a gramática é uma consequência de padrões que se estabelecem no uso. (MARTELOTTA, VOTRE E CEZARIO, 1996, p. 49)

A gramática funcional, mesmo analisando a estrutura gramatical, abrange o ato comunicativo, seu propósito, os participantes e o contexto no qual está inserida a comunicação, não sendo arbitrária a escolha que o falante de uma língua faz ao sistematizar a estrutura daquilo que ele pretende dizer.

2.3.2 O funcionalismo givoniano

Givón (1995) faz uma abordagem funcional da língua, concebendo-a como uma atividade sócio-cultural. Sua estrutura cumpre uma função cognitiva ou comunicativa. Esta mesma estrutura não é arbitrária; ao contrário, possui uma certa motivação por parte do falante em relação ao ouvinte, havendo traços de iconicidade⁹.

Variação e mudança, segundo Givón (1995), estão sempre presentes em um sistema lingüístico. O significado é dependente do contexto, não podendo ser marginalizado, pois os mecanismos que suscitam mudanças estão fundamentados nos

fatores de comunicação e de cognição que estão presentes no ato comunicativo. A estrutura de uma língua não é rígida, e as regras gramaticais admitem uma maleabilidade sintática ao se ajustarem em função dos atos comunicativos. Assim, o que foi dito acima possui legitimidade dentro das situações específicas de comunicação.

Dessa forma, compartilhamos com a afirmação de que as estruturas sintáticas só podem ser analisadas no discurso mencionando os fatores comunicativos que administram seu surgimento, visto que as regras da gramática são modificadas pelo uso e, portanto, é necessário observar a língua como ela é falada.

Ainda em Givón (1995), numa abordagem lingüística, a codificação da comunicação entre os falantes de uma língua deve ser vista como representação cognitiva, sendo, nesse sentido, não-autônoma.

Do ponto de vista funcional de Givón, a gramática pode ser entendida numa linha graduada daquilo que é *concreto*, como: a) os indícios morfológicos, e *abstrato*: b) a organização dos constituintes oracionais e a entonação.

Dentro da perspectiva givoniana, temos os chamados princípios que direcionam os estudos funcionalistas da linguagem: o princípio da iconicidade, que é fundamentado entre o plano do conteúdo e o plano da expressão (função e forma, respectivamente cf. Givón, 1991)¹⁰, e o princípio da marcação.

2.3.2.1 Os princípios funcionalistas propostos por Givón: iconicidade e marcação

a) Princípio da iconicidade

Consoante pensamento givoniano, os princípios de iconicidade são aqueles que “governam as correlações naturais entre forma e função” (Givón, 1984, p.30), contrariando, destarte, a posição estruturalista que diz que o signo lingüístico é arbitrário. No entanto, essa contrariedade se dilui se entendermos iconicidade como motivação. O próprio Givón (1984) considera que certas expressões lingüísticas, quando motivadas, têm a capacidade de se modificarem, devido, certamente, a pressões do uso.

A visão funcionalista de gramática é pautada na conjectura de que a gramática é determinada por questões adaptativas, daí a falta de arbitrariedade. A configuração gramatical relaciona-se com função semântica ou pragmática não-arbitrária; se a hipótese funcionalista fundamenta que a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua – há uma espécie de motivação acionada pelo contexto comunicativo – a iconicidade é definida como uma conexão correspondente entre forma e função.

Os princípios de quantidade, de proximidade e de ordem seqüencial influenciam na disposição de constituintes no discurso, já que a quantidade de informação a ser codificada juntamente com a proximidade cognitiva dos constituintes lingüísticos norteiam a construção do sentido. E é a partir deste prisma que se

harmonizam a ordem e a escolha dos elementos constitutivos de uma estrutura lingüística, no momento em que o falante participa de uma situação de comunicação com seu interlocutor, sendo impulsionada por aquilo que o falante acredita ser mais evidente, importante, lógico ou persuasivo para o ouvinte.

O princípio da iconicidade se caracteriza pelo:

→ o princípio da quantidade – que prevê a correlação entre quantidade de informação e quantidade de codificação;

→ o princípio da proximidade – que correlaciona proximidade cognitiva de entidades com proximidade de unidades no plano da codificação e

→ o princípio da ordem seqüencial – que orienta a ordenação linear semântica e pragmaticamente (Givón, 1984).

Com relação a estes princípios, poderíamos testar em nossa pesquisa, a ordem das sentenças das hipotaxes adverbiais condicionais, e que temos a ordem icônica (se p então q) versus a ordem não-icônica (q se p).

b) Princípio da marcação:

É com Givón (2001) que se estabelece o fundamento de que uma determinada estrutura lingüística tende a ser *marcada* em uma situação e *não-marcada* em outra situação diversa; sendo assim, a marcação seria um acontecimento que possui total vinculação ao contexto comunicativo, social, cultural e cognitivo. O autor ainda

observa que fatores extralingüísticos, como nível de formalidade, podem contribuir para que um ato comunicativo sofra marcação.

Por conseguinte, no que tange à utilização da língua, a premissa é de que a comunicação entre indivíduos é compilada em duas funções de maior grandeza: a que se refere à representação cognitiva e à codificação comunicativa. Desse modo, Givón (2001) afirma que a representação cognitiva abrange o conjunto lexical, o propósito da informação e o discurso multiproposicional. “Categorias que são cognitivamente marcadas (i.e., complexas) tendem a ser marcadas estruturalmente” (Givón 1991, p. 106). O autor apresenta três critérios para se avaliar a marcação (1990, p. 947):

→ Complexidade estrutural – a estrutura marcada tende a ser mais complexa do que a não-marcada.

→ Distribuição de freqüência – a categoria marcada tende a ser menos freqüente do que a não-marcada.

→ Complexidade cognitiva – a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa, em termos de demandar maior atenção, mais esforço mental e tempo de processamento do que a não-marcada.

A marcação, desse modo, passa a ser encarada como determinada pelo contexto, podendo ser mais enfática em uns e menos enfática em outros.

Segundo os princípios acima (complexidade estrutural, distribuição de freqüência e complexidade cognitiva), o pretérito imperfeito do indicativo pode ser

visto, provavelmente, em maior frequência, sendo, portanto forma não-marcada. A complexidade cognitiva das categorias gramaticais está relacionada com a frequência, podendo-se dizer que a categoria marcada é menos freqüente do que a não-marcada. Embora a marcação seja um fenômeno que proporciona uma certa dependência contextual, muitas estruturas da língua podem ser marcadas em um contexto e podem não ser marcadas em outros.

Com relação aos estudos da nossa pesquisa, será testada a distribuição de frequência.

Considerando, assim, os princípios da iconicidade – o princípio da quantidade, o princípio da proximidade e o princípio da ordem seqüencial – e da marcação, a proximidade e relevância, juntamente com a distribuição de frequência, são consideradas como preponderantes no ato comunicativo quando da utilização das formas verbais em análise nesta pesquisa.

2.4. A teoria funcionalista em conjunto com a teoria variacionista (variação e mudança)

No campo dos estudos lingüísticos, vem-se postulando a relevância da função social da linguagem, já que o homem utiliza a língua em convívio social, pois sente a necessidade de interagir com os seus semelhantes, por meio do ato comunicativo, passando, assim, a linguagem a ser vista como uma forma de ação.

A utilização da língua em diversas situações comunicativas gera as alterações sofridas pelos elementos lingüísticos à medida que o tempo transcorre, avivando a

presunção de que existem fatores de ordem cognitiva, social, cultural e comunicativa que direcionam possíveis mudanças e variações.

A mudança lingüística deve ser entendida com um fenômeno tridimensional, ou seja, a trajetória de mudança de um elemento lingüístico é um reflexo de, pelo menos, três aspectos diferentes: *tempo* e, sobretudo, *cognição* e *uso*. [...] Nesse sentido, a mudança ocorre pela necessidade diferenciada da atuação desses fatores cognitivos, que é ditada no contexto de cada distinta situação de comunicação. (MARTELOTTA, 1994, p.69)

A linguagem, como meio de interação social, apresenta um dinamismo comunicativo, conhecimento compartilhado com outros falantes e nível de organização dos constituintes lingüísticos. Na escolha das formas lingüísticas, de acordo com Labov (1994), a alternância entre formas lingüísticas está intimamente ligada às motivações funcionais, o que ratifica a manutenção do sentido daquilo que o falante quer dizer, embora saibamos que, na fala, o falante seleciona aquilo que se torna mais fácil dizer e de se fazer compreender.

A Teoria da Variação e Mudança e o Funcionalismo possuem implicaturas teóricas e metodológicas que se fundem em um campo visionário mais amplo no que se refere a pesquisas de cunho lingüístico; haja vista que a primeira teoria pega para si o estudo da estrutura da língua e das variáveis que condicionam o comportamento social e lingüístico que intervém na escolha de uma forma ou outra no discurso, enquanto que a segunda teoria associa a estrutura lingüística à sua funcionalidade. A título de ilustração do que acabamos de dizer, citamos os pressupostos teóricos de uma abordagem sociofuncionalista propostos por Tavares (2003, p. 137):

1. A *função* a que serve a gramática é prioritária e determinante de seu uso pelos falantes. A gramática é um processo em andamento, sempre emergindo rumo a sua constituição, mas nunca chegando a constituir-se de fato, pois sofre constantes alterações por conta das características do manancial de onde deriva e onde existe: seu uso por falantes.

2. Focaliza relações de diferentes graus entre funções e formas. Cabe ao estudioso buscar estratégias recorrentes de organização do discurso, mapeando, dessa forma, as regularidades. São feitas análises das inter-relações entre os condicionamentos internos e externos à língua, considerando-se uma gama de motivações que age a cada situação comunicativa, contribuindo com as constantes emergências e enraizações sofridas pela gramática.

3. As estruturas tendem a refletir e a serem alteradas por causa da pressão exercida por motivações funcionais.

4. Recebem destaque a *história e a coexistência de diferentes formas*, investigadas como *camadas/variantes* que convivem em um mesmo domínio funcional, gerando o que pode ser definido como uma situação de *estratificação/variação*. Também são investigados *estágios de gramaticalização*, com a hipótese de que a situação de *estratificação/variação* é influenciada pelo que aconteceu no percurso de gramaticalização de cada item até a chegada ao domínio em questão.

Ao enfocarmos o processo comunicativo como um fenômeno social da interação verbal, e que língua e sociedade caminham juntas, estamos assegurando que os aspectos funcionais da linguagem norteiam as diversas formas existentes nas construções lingüísticas, para desencadear um discurso intencional por parte do emissor. É com base nestes pressupostos que acreditamos que a Teoria Funcionalista e a Teoria Variacionista compõem um conjunto de máximas para a explicação dos mais diversificados fatos na língua.

2.5. Considerações finais do capítulo

Nesta parte, enfatizamos as correntes teóricas que embasam o estudo do fenômeno em questão, quer dizer, o fenômeno da alternância das formas verbais imperfeito do indicativo e futuro do pretérito nas orações nucleares das hipotaxes adverbiais condicionais. A Sociolingüística Variacionista de Willian Labov e o Funcionalismo Givoniano se complementam, pois a teoria da variação e mudança coloca língua e sociedade como inter-relacionadas quando se observa o real uso dos elementos lingüísticos na fala, ao passo que o funcionalismo de Givón assinala a concepção de língua como uma atividade sociocultural, servindo para funções cognitivas e comunicativas, em que variação e mudança caminham juntas. Na concepção de Labov (1972) de língua como estrutura, a idéia de contexto social exerce influência na sua função comunicativa.

Paralelamente, no funcionalismo, toda explicação lingüística deve ser apanhada na relação entre linguagem e uso. Givón (1995) estabelece uma correspondência entre gramática e comunicação, em que o uso da língua concorda com os padrões comunicativos da gramática. Esta, por sua vez, se altera conforme os parâmetros cognitivos, comunicativos e discursivos do uso. Os falantes, pressionados pelo próprio ato comunicativo de um sistema lingüístico, elegem certas formas, o que equivale afirmar que a gramática não é um conjunto de regras fixas no tempo e no

espaço. Os postulados teóricos como regra variável, iconicidade e marcação são de suma importância, tendo em vista que serão testados em nossa análise da escolha das formas verbais do imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito.

Capítulo 3: As categorias Tempo, Aspecto, Modalidade e Referência

3.1 Introdução

Nesta parte da dissertação, abordaremos, inicialmente, as noções de *tempo* e *referência*, conforme Reichenbach (1947), como também as categorias de tempo, aspecto, e modalidade segundo Givón (1984) por se tratar de conceitos referentes à análise proposta em nossa pesquisa. O autor faz menção ao estudo destas categorias separadamente, embora haja uma conexão muito grande entre elas. Para ele, TAM é um complexo composto por traços semânticos do léxico, quando se refere ao significado dos verbos. Na seqüência, tratamos do uso do imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito com base em pesquisas realizadas no âmbito da análise sociolingüística.

3.2 Tempo e Referência

A noção de tempo está ligada à visão cronológica; já a noção de *tempo verbal* está associada à visão gramatical, que é uma forma de codificação do tempo. Em português, por exemplo, *tempo* também pode ser codificado por advérbios.

Por vezes, a categoria tempo é confundida com o aspecto por não ocorrer isoladamente. No entanto, podemos fazer uma distinção entre estas duas categorias, em que a categoria tempo alude à localização na linha temporal, enquanto que a categoria aspecto faz referência ao tipo de situação descrita (em termos de duração, dinamicidade e completude).

Foi Reichenbach (1947) que, para a interpretação temporal das línguas naturais, sugeriu uma linha do tempo e, nesta linha, *o momento da fala*, *o momento do evento* e *o momento de referência*. Como estão interligadas as noções de tempo e referência, esta última é um ponto em que o falante se posiciona para enunciar *y*, que seria a *ação*. *O tempo da fala* refere-se ao momento da enunciação de *y*.

Conforme Givón (1984), tempo diz respeito ao conhecimento de tempo como pontos seqüenciais. O segundo diz respeito a pontos seqüenciais; aspecto à idéia de marcação do período de duração temporal; modalidade faz referência às noções de certeza e não-certeza (*realis* e *irrealis*).

A noção do que seja tempo e tempo verbal se funde no momento em que o primeiro faz alusão aos fatos ocorridos em nossas vidas, ao cabo das experiências

acumuladas, sendo idéias *concretas* que ajuizamos em nossa mente. No que tange ao tempo verbal, podemos dizer que, para darmos significação específica a esses mesmos fatos e experiências, existem, em nosso sistema lingüístico, expressões que demarcar noções do que já ocorreu, do que ocorre e do que ocorrerá, cujo propósito dessas expressões é justamente delimitar toda a idéia de *tempo* que envolve nosso cotidiano por relações de anterioridade, simultaneidade e posterioridade. *Tempo verbal* envolve a união ordenada da relação entre dois pontos ao longo da classificação linear: *tempo de referência* e *tempo do evento* (Givón, 2001, pp. 285-286).

Em algumas situações do discurso, não fica evidente, na oração, o ponto de referência, sendo, portanto, o contexto no qual se insere a situação comunicativa o indicador da referência. No caso das hipotaxes adverbiais condicionais, as formas verbais do futuro do pretérito e do imperfeito do indicativo podem ter valor de passado ou não-passado; melhor dizendo, estas duas formas verbais, quando posicionadas na oração nuclear, podem assumir uma significação de anterioridade ou de posterioridade ao momento da fala, embora sejam sempre futuras com relação ao seu ponto de referência. Vejamos os exemplos a seguir:

5. “Bom, se eu tivesse fazendo o histograma... o que *ia* acontecer? (EF, nº 36)

A partir do exemplo acima, o que observamos, em nossa análise, é que a situação codificada pela forma verbal destacada é a de futuridade ao momento da fala.

No que tange às gramáticas, o tempo verbal é uma categoria que codifica três tempos: o primeiro, relacionado com o momento da fala, cuja ação pode ou não ocorrer *simultaneamente* ao ato comunicativo: “*preciso* de um dicionário”; “as abelhas *colhem* o

néctar” (Cegalla, 1995, p.189-212); o segundo, cuja ação está relacionada no passado: “Atravessei o rio a nado” ; “Sarita *era* alegre, expansiva”; “O caçador *tinha* soltado os cães” (Cegalla, 1995, p. 188-233); e o terceiro, relaciona uma atitude do falante a um processo posterior a ocasião do ato comunicativo, em que ele não se transpõe ao momento do *suposto* acontecimento: “Beatriz *ganhará* o prêmio”; “Beatriz *ganharia* o prêmio” (Cegalla, 1995 p. 182).

Em Faraco e Moura (1999, p. 326), tempo “é a propriedade que tem o verbo de localizar o fato no tempo, em relação ao momento em que se fala (momento da enunciação). Os três tempos básicos são: 1. **presente**: a ação ocorre no momento em que se fala: ‘*fecho* os olhos, *agito* a cabeça’. O presente do modo indicativo apresenta, também, um emprego atemporal, ou seja, que vale para todos os tempos. Observe os exemplos: ‘...depois de os ovos *serem enterrados*, o nascimento *demora* de 45 a 60 dias’; ‘A lua *reflete* a luz solar’; 2. **pretérito (passado)**: a ação transcorreu num momento anterior àquele em que se fala: ‘*fechava* os olhos, *agitava* a cabeça’; 3. **futuro**: a ação poderá ocorrer após o momento em que se fala: ‘*fecharei* os olhos, *agitarei* a cabeça...você acha que assim *ficará* melhor?’”

Para Sacconi (1986, p.111), “a flexão de tempo indica o momento ou a época em que se realiza o fato. São três os tempos: o *presente*, o *pretérito* e o *futuro*. Somente o pretérito e o futuro são divisíveis.”

Mateus *et alii* dizem que,

(...) no português, os tempos naturais são o presente, o passado e o futuro que exprimem uma ordenação do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito relativamente ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação definida, respectivamente, pela relação de simultaneidade, anterioridade e posterioridade. Em enunciados descrevendo mais do que um

estado de coisas a ordenação temporal é mais complexa, visto que os estados de coisas descritos são ordenados relativamente ao momento da enunciação mas, para além disso, são ordenados uns relativamente aos outros. (MATEUS *et alii*, 1983, p. 104)

Garcia diz que:

O presente é aquele momento fugidio que separa o passado do futuro. Teoricamente, não tem duração; mas, na realidade, pode ser concebido como um lapso de tempo mais ou menos longo, se bem que indivisível, e nisto se distingue do passado e do futuro, que admitem fases ou épocas, mais próximas ou mais remotas do momento em que se fala. Há um passado anterior a outro, e, portanto, mais distante do presente, que se traduz pelo pretérito mais-que-perfeito: quando você chegou, ele já havia saído. Há um futuro do passado: *se você tivesse telefonado, ele não teria saído. Há também um futuro anterior a outro: quando você chegar, ele já terá saído.* (GARCIA, 2002, p. 87-88)

Corôa (2005) tomando como premissa os pontos temporais de Reichenbach (apud CORÔA, 2005, p.09), situa a categoria *tempo* em relação à referência e ao momento da fala, como veremos a seguir:

... tomando como referência teórica os três 'pontos temporais' propostos por Reichenbach para a descrição da temporalidade expressa pelo verbo: o momento da fala (MF), o momento do evento (ME) e o momento da referência (MR). O primeiro deles corresponde ao tempo do acontecimento discursivo, ou ao 'tempo de enunciação', de que nos fala Benveniste. O segundo diz respeito ao tempo em que se dá o evento de que o discurso fala, ou o 'tempo do enunciado', nos termos de Benveniste. E o terceiro ponto remete aos acontecimentos naturais ou históricos que, culturalmente, tomamos como referência: é o tempo dos relógios e calendários. (COROA, 2005, p. 09)

A autora considera, assim como Givón (1984/1993), tempo uma categoria dêitica, em que se observa a existência de uma relação linear entre pontos no decurso temporal: o tempo do acontecimento e o momento da fala. Nas construções decorrentes de subordinadas condicionais, tanto no imperfeito do indicativo quanto no futuro do pretérito, uma ação que pode ter o valor de anterioridade como o de posterioridade em

relação ao valor temporal do momento da fala expresso pelo falante. Vejamos o que diz

Fiorin (1996), nas linhas abaixo:

(...) os tempos no indicativo são usados, seja nas orações principais, seja nas subordinadas, para exprimir a concomitância ou não-concomitância (anterioridade ou posterioridade), quer em relação ao momento da enunciação, quer em relação a um marco temporal pretérito ou futuro colocados no enunciado. Então, o tempo deve ser compatível com o momento de referência. (FIORIN, 1996, p. 183-184).

Podemos dizer, então, que é possível utilizar a forma verbal do futuro do pretérito e, por vezes, a de imperfeito do indicativo quando desejamos codificar um tempo passado em relação ao momento da fala e um tempo futuro a um momento de referência. O imperfeito do indicativo, destarte, opera tanto com um valor temporal prototípico de passado, como também atua com valor temporal de futuro do pretérito, quando o contexto abranger construções condicionais contrafactuais.

A categoria de tempo, na visão de Costa (1990), é aquela que sinaliza, na língua, por meio de lexemas, morfemas e perífrases, a disposição dos eventos no tempo, tendo o ato comunicativo como ponto dêitico. A autora afirma que “Aspecto e Tempo são categorias temporais no sentido de que têm por base referencial o tempo físico” (p. 19). Semanticamente, esta categoria alude aos tempos presente, passado e futuro (considerados tempos externos) ao passo que se subentende aspecto como idéia de começo, duração, desenvolvimento e fim (tempo interno). Vejamos o exemplo:

6. “(...) se eu tivesse condição eu **podia ter fechado** só... toda aqui essa parte...” (D2, nº 02)

Aqui, o usuário da língua, ao emitir essa frase, deseja indicar que a ação em destaque poderia ocorrer no passado, anteriormente ao momento da fala, existindo,

assim, a marca da categoria de tempo. Já a categoria de aspecto é vista no desenrolar da própria ação, em que se verifica a noção de término da ação (tempo interno da ação). Além disso, a utilização do verbo “poder” remete à modalidade.

3.3 Aspecto

Conforme Comrie (1981), a categoria aspecto faz referência à maneira de como vemos, em uma situação de estado ou evento, a constituição do tempo, sem que haja separação das fases. Estudos lingüísticos sobre aspecto correlacionam aspecto perfectivo – ocorrência de curta duração e aspecto imperfectivo – ocorrência de longa duração, em que é aceitável usar os dois tipos de aspecto para apontar/identificar uma extensão temporal, o que explica uma ocorrência perfectiva ser mostrada em etapas sem que a idéia de totalidade da situação possa ser prejudicada.

A categoria aspecto, para Givón (2001), é bipartida em perfectiva e imperfectiva. Segundo o autor, a perfectividade é essencial à base do verbo. Givón (*op. cit.*) sugere uma graduação para essa perfectividade: a) verbos que possuem uma duração curta e limites expressivos, como *tossir, piscar, cuspir, engolir*; b) *accomplishment verbs*, verbos que evidenciam uma duração um pouco mais extensa, como *finalizar, nascer, morrer, sentar*; c) verbos de atividade, que denotam ações com maior duração: *caminhar, trabalhar, estudar, ler* e com menor duração: *quebrar, torcer*; d) *stative verbs*, de longa duração e sem limites: *ser feliz, estar cansado, desejar, crer, possuir*.

Para Vendler (1967), as diferenças entre os verbos não podem ser esclarecidas somente pelo tempo, a presença ou ausência de condições, estados de

coisas pretendidos. A categoria aspecto (que pode ser lexical ou gramatical) aparece como um item a mais na codificação dos verbos. Aspecto é uma noção que se refere à temporalidade dos eventos mesmo sendo em perspectivas diferentes. Segundo Vendler (1967), todos os verbos podem ser reunidos em quatro classes: *estados*, *atividades*, *accomplishments* e *achievements*. Essas classes determinam o aspecto situacional. Os *estados* denotam uma eventualidade que não é uma ação e nem um movimento, e que se sustenta por um determinado intervalo de tempo, não sofrendo limites, como, por exemplo, *odiar* e *sofrer*; As *atividades* são eventualidades diferentes dos estados, já que tem natureza de acontecimento. São situações não-pontuais, e significam um procedimento expresso por um verbo de movimento. Elas acontecem durante um determinado tempo, mas não acabam em um ponto definido, exemplificando: *andar* e *correr*; Os *accomplishments* e os *achievements* são, igualmente, eventos, mas diferem das atividades por terem um ponto final próprio; *accomplishments* apresentam duração, mas o limite é claramente especificado, por exemplo: “correr por 30 minutos; desenhar um círculo”, enquanto que eventualidades como *achievements* ocorrem em um único instante: *morrer*, *chutar*, etc.

Consoante a concepção de Vendler (1967), as divergências verbais não podem ser esclarecidas exclusivamente pela aspectualidade, pelo tempo e pelo surgimento ou não de condições. O autor considera, a seguinte tipologia dos verbos: *accomplishments*¹¹ (idéia de sucessão), verbos assinalados como uma realização que envolve um período preciso de tempo, tornando evidente o ponto final; *estados*, que englobam certos períodos no tempo, como "comendo" (idéia de gerúndio); *atividades*, ações que não necessitam ter um fim, sendo verdadeiras embora havendo uma descontinuidade; e *achievement* (idéia de instantaneidade), quando uma realização pontual envolve certos períodos definidos de tempo, cujo sentido só se faz presente se

a ação for realizada por completo. As atividades e os *accomplishments* compartilham entre si a propriedade de serem situações que apresentam fases, isto é, apresentam progressividade nas ações, característica que as diferenciam dos *achievements* e dos estados, cujas situações não possuem fases. Os *accomplishments* e os *achievements* constituem situações que envolvem telicidade, em que a realização da ação é por inteira. As atividades e os estados são caracterizados por eventualidades atéticas, permitindo, portanto, combinações com advérbios indicativos de duração. Em nossa pesquisa, testamos, também, como grupo de fator, os tipos de verbos de acordo com Vendler (1967) para averiguar se há significância quanto ao uso das formas verbais imperfeito do indicativo e futuro do pretérito.

Assim sendo, esta tipologia proposta pelo autor acima é de grande valia para nossa Dissertação. A mesma será adotada para testar aspectualidade no grupo de fator *tipo de verbo*, na variação das formas verbais do imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito aqui analisadas.

Em se tratando de estudos sobre Aspecto em Português, consideraremos os de Garcia (2002) e as pesquisas mais recentes feitas pelos seguintes estudiosos: Soares (1987), Corôa (2005) e Costa (1997).

Para Garcia (2002, p.88), o imperfeito do indicativo repassa a idéia de duração seja a situação concomitante a uma outra situação no passado ou habitual; este tempo verbal pode assumir um valor temporal de futuro do pretérito na língua falada, pois o emprego do imperfeito do indicativo ao invés do futuro do pretérito é um fato desde já constatado, como verificamos no exemplo extraído do *corpus* do PORCUFORT:

7. “...se eu tivesse condição...eu *podia* ter fechado... toda essa parte aqui...”

(D2, nº 02)

“...se eu tivesse condição...eu *poderia* ter fechado... toda essa parte aqui...”

Chegamos, desse modo, à conclusão de que o valor aspectual das formas verbais acima é semelhante na oração nuclear das hipotaxes adverbiais condicionais. A percepção inerente de que somente a forma verbal de futuro é a que expressa um tempo que ainda está para ocorrer, vai ficando cada vez mais distante, pois o que vemos, no exemplo 18a, acima é a utilização do imperfeito do indicativo, em que a noção aspectual de duração de *tempo* do fato é assim percebida pelo falante.

Conforme Soares (1987, p.18), “a aspectualidade é um campo semântico amplo, de noções ligadas por traços comuns referentes à *maneira de ser da ação*, às diferentes maneiras de se apresentar no decurso da ação”. A autora diferencia, em seus estudos, duas perspectivas aspectuais na língua portuguesa. A primeira põe em destaque a oposição entre os três tempos verbais: presente, pretérito e futuro, como vemos, respectivamente, em 20, determinando-os de uma outra forma os chamados espaços temporais, apontando a ação como uma linha em curso, em sua totalidade; já a segunda, em 21, refere-se ao nível de expressão dos tempos compostos dentro dos espaços temporais do pretérito e do futuro.

8. “Mário *sai* de casa às três horas para ir à academia”

“Mário *saiu* de casa às três horas para ir à academia”

“Mário *sairá* de casa às três horas para ir à academia”

9. “Se *tivesse ido* à reunião, não *teria sido* enganado pelo seu sócio”.

“Se *tivesse ido* à reunião, não *tinha sido* enganado pelo seu sócio”.

Na visão de Corôa (2005, p.61), “o aspecto é a propriedade apenas da sentença, pois não se refere ao momento da enunciação”. Notamos, em linhas gerais, que a autora, em sua obra, delinea a posição aspectual quando diz que é uma simples opção semântica do usuário da língua (opção esta que se enquadra como oposição ente *perfectivo e imperfectivo*), visto que a noção de tempo é ilimitada comparada à noção de aspecto, não se confundindo com o *modo de ser da ação* (como afirma Soares, 1987). Os traços gramaticais que o aspecto leva consigo alcançam as formas verbais separadamente do sentido que cada uma carrega em seu radical.

Na compreensão de Costa (1997), o aspecto difere do tempo no campo semântico, em que aquele denota a duração, o início, o desenvolvimento e o fim de uma ação, não se confundindo com o tempo, que abrange amplas noções de linearidade presente, linearidade pretérita e linearidade futura, isto é, os *espaços temporais*, assumindo, por conseguinte, a postura de que o aspecto é uma classe não-dêitica, diferentemente do tempo, que é dêitico. A autora diz, ainda, que aspecto que é uma categoria lingüística que marca a referência ou não à estrutura temporal de um fato. Apresenta duas possibilidades: a) *perfectivo*: fato referido como global. Não-marcado para as nuances da constituição temporal interna; b) *imperfectivo*: fato referido com marca de sua constituição temporal interna. Semanticamente restringido a lexemas que incluam o traço [+ *durativo*]. (COSTA, 1997, p. 38).

Certos tempos verbais trazem a marcação do *imperfectivo* como, por exemplo, o imperfeito do indicativo, que indica, na maioria dos casos em que é utilizado,

noções de continuidade ou hábito. Também pode ser visto expressando ocorrências pretéritas não-terminadas, diagnosticando, desta forma, o seu real valor *imperfectivo*.

3.4 Modalidade

A modalidade, consoante Fleischman (1982, 1995), inclui a atitude do falante para com o conteúdo da proposição. Paralelamente, Travaglia (1991) determina modalidade como a maneira do falante em relação àquilo que profere, em que as formas qualificadas como tempo verbal possuem a função dêitica de situar um evento e a função modal de indício de realidade.

A modalidade é comumente definida como o julgamento do falante sobre seu próprio enunciado, sua atitude a respeito da proposição que a frase expressa. Givón (1984) refere-se à modalidade como pressuposição (verdade por acordo prévio); *realis* (asserção verdadeira ou falsa) e *irrealis* (asserção possível, provável, incerta, desejável).

Consideremos os exemplos abaixo:

10. “(...) *porque os dois minha filha se ganhasse muito dinheiro... eles acho que eles **passava** no escritório uma vez por dia meia hora...*” (D2, nº 02)

11. “(...) *porque os dois minha filha se ganhasse muito dinheiro... eles acho que eles **passaria** no escritório uma vez por dia meia hora...*”

O falante, tanto ao usar o imperfeito do indicativo quanto o futuro do pretérito na oração nuclear, (exemplos 15 e 16), quer informar uma ação mais *irrealis* em um tempo *futuro*, após o momento da fala.

3.5 A variação modo-temporal: alguns estudos sobre o imperfeito do indicativo e o futuro do pretérito

3.5.1 Os estudos de Costa (1997)

Em uma visão variacionista, a autora averigua os ambientes lingüísticos, fatores sociais e discursivos que levam o falante a escolher um tempo verbal em detrimento de outro. Investiga a variação encontrada na cidade do Rio de Janeiro em construções condicionais contrafactuais entre os tempos verbais do pretérito imperfeito do indicativo e futuro do pretérito do indicativo. Consoante a autora, o pretérito imperfeito é mais usual quando se refere a tempo passado. Já o futuro do pretérito surge em situações que demonstrem reportar a um tempo prospectivo. Em seus exemplos, podemos analisar essa variação:

12. “...se isso acontecesse, eu **pirava** de vez, sabia?”

13. “Sendo necessário, **faria** regime para emagrecer.”

14. “...eu por mim a Beija-flor todo ano **ganhava**...”

15. “[Se você tivesse vindo] A viagem **seria** muito mais encantadora”.¹²

Vemos, outrossim, nos exemplos acima, uma amostra da variação entre os tempos do pretérito imperfeito do indicativo e futuro do pretérito do indicativo na apódose; isto nos diz que o uso das duas formas verbais é aceito nos contextos em que se constata condição. Em sua análise, os fatores sociais significativos foram: a idade,

pois observa que a forma futuro do pretérito é mais tradicional, que é usada mais pelas pessoas mais idosas do que pelos jovens (que usam o imperfeito do indicativo), como também por aqueles que possuem grau de instrução mais elevado; e grau de instrução (quanto maior o grau de instrução, mais acentuado é o uso do futuro do pretérito). Os fatores lingüísticos foram: período hipotético, oração principal, orações encaixadas e as chamadas independentes, que, para a autora, período hipotético é constituído pela “oração condicionante” ou “prótase” seguida de uma “oração condicionada” ou “apódose”. Uma outra observação é que o imperfeito do indicativo é a variante própria do texto narrativo, enquanto que o futuro do pretérito é usualmente mais encontrado em textos argumentativos.

Costa (1997) afirma, também, que “o futuro do pretérito também varia com o pretérito imperfeito em orações principais denotadoras de irrealis”(p.21), como nos exemplos abaixo:

16. “...**seria** pior deixar que ele fosse cada vez mais se envolvendo...”

17. “...Aí minha mãe falou: Pôxa, **era** uma boa que você continuasse porque...”

Sobre as orações encaixadas, a autora diz que a variação acontece quando existem contextos de discurso indireto, cujo verbo da oração principal é *dicendi* ou de opinião. Vejamos os exemplos:

18. “...chamamos ela, ela disse que não **ia** vir”. (verbo *dicendi*)

19. “Acho que eu não **teria** coragem de viajar de navio”. (verbo de opinião)

3.5.2 Os estudos de Silva (1998)

Numa perspectiva sincrônica, Silva (1998) desenvolve seu trabalho sobre a alternância entre as formas verbais terminadas em - va - ia /- ria dos falantes da cidade de Florianópolis/SC. Segundo a autora, a questão da alternância entre as formas verbais do imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito já é apontada em certas gramáticas, tendo em vista que a troca do futuro do pretérito pelo imperfeito do indicativo aponta um grau de certeza dos fatos futuros e que a escolha inversa – o futuro do pretérito pelo imperfeito do indicativo – aponta incerteza dos fatos passados. Para a autora, existem duas possibilidades de alternância do uso dos tempos verbais, a saber:

a. uso do pretérito imperfeito (simples ou composto) do indicativo em lugar do futuro do pretérito do indicativo, com valor de certeza sobre os fatos vindouros;

b. uso do futuro do pretérito do indicativo pelo pretérito imperfeito do indicativo , com valor de incerteza sobre os fatos pretéritos.

E, exemplificando, temos, respectivamente:

20. “Se eu tivesse o problema que eu já tive, tivesse no INPS, eu já **tinha morrido**, ó, muito tempo”

21. “Se a minha filha ficasse grávida, não casasse, se ela quisesse optar por querer tirar o filho, eu jamais *ia querer*, eu *ia querer* meu neto. Mas uma coisa que ela não quisesse mesmo, que ela própria rejeitasse a criança, eu **faria** isso aí, eu *levava* ela lá e *tirava* o neném e pronto”.¹³

No exemplo 10, o imperfeito do indicativo é usado quando se tem a ordem canônica, corroborando a assertiva de que fatos são precedidos de condições, pautando-se no princípio da iconicidade; observamos, em conjunto, a existência de uma espécie de crítica, mostrando, assim, a *certeza de que* “morreria, se tivesse no INSS”.

Podemos afirmar que o futuro do pretérito utilizado no exemplo 11 acima é marcadamente o tempo usado em contextos temporais de referência a um tempo futuro, *ainda não existente*, em que se mantêm conotações modais, possuindo um valor hipotético.

A autora ainda nos chama a atenção para o paralelismo formal, em que a presença das formas do pretérito imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito, na fala do entrevistador, numa situação comunicativa, influencia o informante, tal como mostra o exemplo 12 abaixo:

22. E: “E se você fosse votar hoje, em quem você **votaria**?”

I: Se eu fosse votar hoje, eu **votaria** nele também. Mas **votaria** nesse, como é que tu falaste?”¹⁴

Ao utilizar o imperfeito do indicativo em sua fala, o entrevistador também influencia o informante, como verificamos no exemplo 13, do *corpus* do banco de dados do PORCUFORT (DID nº 22):

23.E: "... uhn... se escrevesse alguma palavra errado já **perdia** ponto né?

I: hein?

I: [se escrevesse as palavras errada] eles **corrigia** também a parte de português, né?..."

Chegamos ao consenso de que, uma vez utilizada uma forma verbal pelo entrevistador, o informante aciona a estrutura verbal ativada em virtude do paralelismo na situação comunicativa, deixando margem, também, a uma outra questão posta em análise: o nível de formalização do discurso, pois, dependendo do entrevistador e do assunto, haverá registros de situações comunicativas mais ou menos formais.

Tanto Costa (1997) quanto Silva (1998) compartilham do fato de que a variação verbal da oração nuclear (apódose) é possível e que os empregos tanto do imperfeito do indicativo, como do futuro do pretérito são aceitáveis numa situação comunicativa. Assim como o paralelismo formal é um fator de influência de uso na fala, o nível de certeza da situação comunicativa é fator relevante para se constatar as escolhas das formas verbais estudadas.

3.5.3 O estudo de karam (2000)

Karam (2000), em seu trabalho, trata da variação do futuro do pretérito, do imperfeito do indicativo e da perífrase constituída pelo verbo ir como auxiliar mais o verbo principal na forma infinitiva, em quatro cidades do estado do Rio Grande do Sul: Flores da Cunha, Panambi, São Borja e Porto Alegre. A autora verifica que fatores lingüísticos e sociais influenciam a escolha do falante por uma dessas formas citadas,

utilizando o banco de dados do projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul do Brasil). O suporte teórico e a metodologia são da Teoria da Variação e Mudança, oferecendo, de uma forma sistemática, subsídios para a hipótese geral da sua pesquisa: a variação entre o futuro do pretérito e o imperfeito do indicativo seria uma variação estável e a perífrase uma mudança em desenvolvimento.

Karam obteve os seguintes resultados, a partir de uma análise quantitativa dos dados: (i) a *modalidade* é importante condicionante no uso da regra variável, com o fator *extremo epistêmico* favorecendo o uso de perífrase, que indica mais futuridade; (ii) quanto ao *paralelismo formal*, a pesquisa mostrou que formas de futuro do pretérito inibem o uso de formas similares nas orações subseqüentes; (iii) *estrutura temporal* mostrou-se influente na escolha entre as variantes analisadas, sendo que quando a referência e o evento estão no tempo passado, a forma verbal de pretérito imperfeito é favorecida; (iv) quando a rodada estatística foi binária (futuro do pretérito vs. imperfeito), os fatores sociais não foram significativos; porém, quando foi ternária (futuro do pretérito vs. imperfeito vs. perífrase), evidenciou-se que as formas perifrásicas são mais usadas por mulheres e por pessoas mais jovens, o que a autora interpretou como um possível indicativo de mudança em curso.

3.5.4 O estudo de Domingos (2003)

Conforme Domingos (2003), as formas verbais do futuro do pretérito e imperfeito do indicativo, se *alternam* semanticamente, fazendo referência a um acontecimento passado em orações subordinadas, cuja oração principal é a que detém a relação de tempo.

A autora também menciona o fato de orações subordinadas com o pretérito imperfeito do indicativo possuírem um caráter mais *realis* do que as com o futuro do pretérito, caracterizado pelo indicativo de *irrealis*, aparecendo, provavelmente, menos no discurso.

No que se refere à modalidade, Domingos (2003) expõe que sua natureza é discursiva, não fazendo alusão ao aspecto morfológico. Segundo a autora, a modalidade é, para o falante, uma espécie de avaliação do ato comunicativo que ele mesmo profere. O objetivo da autora é de demonstrar que a idéia de modalidade traduzida como incerteza, possibilidade, hipótese, irrealidade, é depreendida do contexto, isto é, da natureza discursiva.

É pelo debate das noções de tempo, modo verbal, aspecto e ponto de referência que Domingos (2003) delinea certos limites ao contexto de variação que permitem reconhecer determinadas formas verbais como variantes que trazem consigo a mesma carga semântica (o mesmo significado representacional).

Ainda com relação ao estudo de Domingos (2003), os grupos de fatores testados para a sua análise da variável imperfeito do indicativo e imperfeito do subjuntivo, foram o tempo verbal, presença ou ausência de advérbio ou locução na oração nuclear, presença ou ausência de advérbio ou locução na oração subordinada, tipo de verbo, modalidade, aspecto, uso metafórico, tipo de oração subordinada, paralelismo formal, aspecto, sexo, cidade, escolaridade e idade. A autora concluiu que o tipo de verbo na oração principal (verbos cognitivos) influencia o uso do imperfeito do indicativo. O chamado *paralelismo formal* também foi significativo, pois o uso do imperfeito do indicativo condiciona o ouvinte/ falante a utilizar a mesma forma verbal.

Um outro grupo selecionado pelo VARBRUL¹⁵ como significativo foi a *modalidade*, em que se vê o fator de *quando se fala sobre algo impossível ou improvável de acontecer*, o imperfeito do subjuntivo se evidencia sobre o uso do imperfeito do indicativo. O aspecto, de acordo com Domingos (2003), foi significativo quanto ao uso do imperfeito do indicativo nas orações subordinadas, segundo a tipologia verbal de Vendler (1967): *accomplishment*; *estado*; *atividade*; e *achievement*, em que se verificou que os verbos de *estado* são os que mais condicionam o uso do imperfeito do indicativo; em segundo lugar, os verbos de *atividade*, em terceiro os *achievements* e, por último os *accomplishment*. A presença/ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal também foi significativo, em que a presença de advérbio ou locução adverbial na oração principal bloqueia o uso do imperfeito do indicativo. Contrariamente, o falante tende a usar o imperfeito do indicativo na oração subordinada quando há ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal. Com relação aos fatores sociais, *idade* e *cidade* foram os que se apresentaram significativos, pois quanto mais velho o falante, mais usual é a forma do imperfeito do subjuntivo, e com relação à *cidade*, tanto Criciúma, quanto Florianópolis a tendência maior é do uso do imperfeito do subjuntivo nas orações subordinadas para o pacote estatístico VARBRUL.

3.5.5 O estudo de Barbosa (2005)

A autora aborda a variação entre o futuro do pretérito e o imperfeito do indicativo em construções condicionais iniciadas por “se”, buscando detectar quais fatores condicionam essas duas formas. Barbosa (2005) analisou fatores lingüísticos como tamanho das orações, ordem das sentenças e o paralelismo formal, dos quais o primeiro fator foi significativo quando se refere a orações grandes, condicionando o uso

do futuro do pretérito. Quanto ao paralelismo formal, também teve resultado significativo, pois favorece o uso do imperfeito do indicativo. Para os fatores sociais, foram analisadas a classe social e a faixa etária, ambos sendo significativos. Barbosa (2005) constatou que o imperfeito do indicativo é usado preferencialmente pela classe social menos favorecida e o paralelismo formal condiciona a utilização das formas verbais acima mencionadas. Quanto mais alta a classe social, maior o número de ocorrências com o futuro do pretérito. Com relação à faixa etária, a autora verificou que os falantes acima de 45 anos de idade usam mais o imperfeito do indicativo. Seu estudo usou dados da fala da cidade de Uberlândia/ MG. O aparato teórico da sua pesquisa foi a Teoria da Variação e a Sociolingüística Paramétrica¹⁶.

3.6 Considerações finais do capítulo

Neste capítulo, tratamos das noções de *tempo* e *referência*, conforme Reichenbach (1947), como também das categorias de tempo, aspecto, e modalidade segundo Givón (1984) por se tratar de conceitos alusivos à análise em nossa pesquisa. Foram ainda apresentadas algumas pesquisas relevantes sobre o fenômeno da variação, como as de Costa (1997), Silva (1998), Karam (2000), Domingos (2003) e Barbosa (2005), no campo da variação modo-temporal das formas verbais imperfeito do indicativo e futuro do pretérito a partir de dados do português brasileiro.

Após averiguarmos o que foi dito acima, percebemos que todos os estudos convergem para um ponto comum dentro de uma análise sociofuncionalista da linguagem, a partir da alternância entre o imperfeito do indicativo e o futuro do pretérito: podemos afirmar que o aspecto semântico destas duas formas verbais está em harmonia quando usadas nas orações nucleares em contextos condicionais

contrafactuais, seja por intermédio do paralelismo formal, seja por fatores sócio-discursivos ou ainda pelo significado referencial que as duas formas verbais adotam. Desta forma, condicionamentos relevantes como o aspecto, a modalidade e a estrutura temporal também serão testados em nossa pesquisa, como veremos a seguir, no capítulo concernente aos procedimentos metodológicos.

Capítulo 4: Procedimentos metodológicos

4.1 Introdução

Neste capítulo, trataremos da descrição do *corpus*, utilizado na pesquisa, dos procedimentos adotados na coleta dos dados e da apresentação dos grupos de fatores controlados na análise dos dados. Nosso foco de análise é a variação modo-temporal entre o imperfeito do indicativo e o futuro do pretérito na situação de eventualidade dos períodos hipotéticos condicionais – a oração nuclear das hipotaxes adverbiais condicionais.

A escolha dos informantes foi feita de acordo com o *corpus* do banco de dados do PORCUFORT – português oral culto de Fortaleza, organizado pelo Professor José Lemos Monteiro, em 1993, sendo resultado de uma pesquisa realizada na Universidade Estadual do Ceará, durante os anos de 1991 e 1992. A gravação e transcrição dos inquéritos foram realizadas com a ajuda de bolsistas do CNPq.

Esse Banco de Dados visa a contribuir na descrição e análise lingüística da fala culta da cidade de Fortaleza, que foi escolhida por concentrar o maior número de universidades do Estado, e, conseqüentemente, tende a abrigar uma majoritária concentração de indivíduos letrados.

A transcrição dos inquéritos do *corpus* PORCUFORT segue basicamente as mesmas normas adotadas no projeto NURC – Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta. Esses projetos têm por objetivo catalogar e descrever o português culto falado no território brasileiro nos aspectos fonéticos, fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais cuja proposta, em linhas gerais, fundamentada em critérios lingüísticos e sociais, aprecia a natureza da oralidade para estudos e pesquisas científicas a respeito da língua e suas transformações, haja vista ser um sistema flexível, em constante mudança.

Embora a nossa pesquisa trate mais dos aspectos lingüísticos e da organização do sistema da língua, não devemos marginalizar os condicionamentos de natureza social, tendo, como ponto de partida, a análise da língua e sua ligação à

comunidade pertencente, pois a língua é, sem dúvida, um organismo de interação verbal. Conforme Benveniste (1989), a afinidade entre língua e sociedade se define em virtude do apreço da mesma como modo para avaliar uma sociedade. O autor (1989, p. 98) diz que “a língua é o instrumento de comunicação que é e deve ser comum a todos os membros da sociedade, sendo possível a produção indefinida de mensagens em variedades ilimitadas”.

4.2 O *corpus*

São analisadas nesta dissertação produções orais retiradas do Banco de Dados PORCUFORT – Português Culto de Fortaleza (elocução formal, diálogo entre dois informantes e diálogo entre informante e documentador) a fim de que possamos confirmar ou não as hipóteses levantadas sobre a variação entre imperfeito do indicativo e futuro do pretérito do indicativo, elencadas neste capítulo, na seção subsequente.

Para que possamos fazer um estudo de como se processam as hipotaxes adverbiais condicionais e as orações nucleares, sua variação e funcionalidade, na oralidade, adotaremos os seguintes procedimentos:

Corpus da pesquisa: sessenta (60) inquéritos¹⁷ de produções orais catalogadas no Banco de Dados PORCUFORT – Português Oral Culto de Fortaleza. Os informantes encontrados no PORCUFORT são adultos de ambos os sexos, nascidos na

capital, dividindo-se os inquéritos em três tipos: elocução formal (EF), diálogo entre dois informantes (D2) e diálogo entre informante e documentador (DID).

Com relação aos informantes, todos possuem nível superior, tendo, alguns, mais de uma graduação. Não foram considerados os grupos de fatores *escolaridade* e *idade*, haja vista a impossibilidade de montar as células devido ao grau de instrução ser somente um (nível superior) e a não-especificação das idades em todos os inquéritos.

A seleção dos informantes se baseou no tipo de inquérito encontrado no PORCUFORT. Dos 63, foram selecionados 60 para compor o corpus da pesquisa. Os inquéritos possuem de 30 a 60 minutos. A distribuição dos informantes pode ser visualizada abaixo:

Número de informantes	Tipo de inquérito
30 Homens	10 Elocuções Formais
	10 Diálogos entre dois informantes
	10 Diálogos entre informante e documentador
30 Mulheres	10 Elocuções Formais
	10 Diálogos entre dois informantes
	10 Diálogo entre informante e documentador

Nosso interesse centra-se em contextos em que o falante utilizou uma das duas formas verbais – imperfeito do indicativo e/ou futuro do pretérito na oração nuclear de uma hipotaxe condicional – quando sua intenção discursiva era diagnosticar uma situação decorrente de uma condição hipotética, conforme podemos verificar no exemplo abaixo:

24. “...se tivesse descoberto isso o Collor *tava* no poder ainda” (DID, nº 05)

“...aí se ficasse só com três ou quatro *ficaria* um grupo muito grande...” (D2, nº07)

Nos dados coletados do banco de dados do PORCUFORT, excluímos da pesquisa aqueles que não correspondiam ao nosso propósito de análise: a construção hipotática adverbial condicional com oração nuclear cujos verbos estavam no imperfeito do subjuntivo, já que nesses dados não aparece o fenômeno da variação verbal já mencionada nesta pesquisa. Catalogamos **167** ocorrências, dentre as quais **80** as que apareciam com imperfeito do indicativo e **87** com futuro do pretérito.

Os dados coletados foram quantificados e analisados por meio do programa VARBRUL, desenvolvido por Rousseau e Sankoff em 1978 (Pintzuk, 1988). O VARBRUL, conforme Naro (1992), é um modelo logístico de análise de dados, permitindo que o fenômeno da variação, isto é, a conexão dos usos lingüísticos de uma mesma comunidade com a estrutura social, seja relatada por resultados estatísticos, em que o objetivo é avaliar os efeitos das variáveis lingüísticas e sociais no discurso. Esse pacote estatístico mostra não somente os resultados numéricos do uso de cada variante; mostra, também, o peso relativo de cada fator. A significância deste ou daquele fator está para o fenômeno em estudo da variável sob apreciação. O grande valor do programa está no intercâmbio dos grupos de fatores controlados na pesquisa,

constituindo os níveis hierárquicos de significância desses grupos para a escolha das variantes lingüísticas avaliadas.

Com efeito, advém uma análise quantitativa em que obtemos uma avaliação bem mais precisa dos dados estudados, cujos resultados servem de amostra para uma interpretação do que, de fato, ocorre na fala, no que diz respeito às variações lingüísticas.

4.3 Delimitação da variável

A questão da alternância do futuro do pretérito e do imperfeito do indicativo ora estudada deveu-se à análise de dados em que essas duas formas verbais aparecem em um contexto discursivo condicional. Devido a pesquisas com a forma verbal de futuro do pretérito, Câmara Jr (1967) diz que as formas em *-ria* podem surgir em ambientes condicionais, ou seja, em ambientes em que a idéia de futuro em relação a um ponto de referência passado pode ter sido cumprida, estar ainda por se cumprir ou pode não ter sido concretizada, sendo este último o caso de *irrealis*, ao expressar, por exemplo, desejo e intenção.

Câmara Jr. (*op. cit.*) indica que o futuro do pretérito pode variar com o pretérito imperfeito do indicativo¹⁸, e que um mesmo usuário pode usar as tais formas em um só texto; desse modo, podemos falar em "variantes mórficas de uma mesma significação básica, que às vezes, até, alternam num dado contexto sob impulsos estilísticos, em que entram o propósito de quebrar a monotonia e, mais ainda, a de acentuar certas diferenças modais" (p. 46). O autor recorre a exemplos da literatura, como em (A), para demonstrar as diversas nuances do futuro do pretérito:

1. "Eu, se lá *fôsse*, não *ia* em jejum. *Pegava* de algumas opiniões sólidas e francesas, e metia-as na cabeça com facilidade; só não me *valeria* das muletas do bom Larousse, se êle não as *tivesse* em casa; mas *havia* de tê-las... E *iria* sentar-me e esperar, um tanto nervoso, irrequieto, sem atinar com o binóculo par a revista dos camarotes... Em vão Amália, posta no camarote, em frente à mãe, *lançaria* os olhos para mim, assustada com a minha indiferença e perguntando a si mesma que me *teria* feito. Eu, têsso, espero que as portas do templo se abram, que a harmonia do céu me chamem aos pés do divino mestre; não sei de Amália, não quero saber dos seus olhos de turquesa." (p. 77)

O autor preconiza, ainda, que o futuro do pretérito trata de uma possível irreabilidade advir do seu contexto enunciativo. "A forma em -ria acarreta assim, em regra, um adendo condicionante e uma significação de evento irreal, em conseqüência da sua própria natureza temporal de futuro em relação a um pretérito" (p. 59), afirmando, de uma outra forma, que condição e irreabilidade estão paralelamente unidas.

Posto isto, ao retomarmos o conceito de regra variável, vimos que é parte integrante do sistema e que surge a partir da língua em uso. Segundo Labov (1978), dois enunciados que fazem referência a um estado de coisas com igual valor de verdade se comportam como variantes de uma mesma variável, como é o caso do futuro do pretérito e do imperfeito do indicativo. Vejamos:

25. "Se o Brasil fosse... se houvesse uma guerra entre os EUA e a Rússia... o Brasil não *participava*..." (DID, nº 22)

"Se o Brasil fosse... se houvesse uma guerra entre os EUA e a Rússia... o Brasil não *participaria* dessa guerra..." (DID, nº 22)

4.4 Grupos de fatores testados

É imprescindível refletir sobre as motivações de natureza cognitiva/discursiva/social que levam o usuário da língua portuguesa a eleger entre uma ou outra forma verbal: o pretérito imperfeito do indicativo e o futuro do pretérito. Assim, tendo como alicerce os postulados funcionalistas, listamos os grupos de fatores lingüísticos que foram analisados. Tendo em vista nossa pesquisa ser também de natureza sociolingüística, torna-se forçosamente que controlemos variáveis de caráter extralingüístico. Estes grupos de fatores apontam as motivações que são de ordem externa à língua.

Apresentamos, aqui, os fatores de controle lingüísticos e extralingüísticos que constituem cada grupo, sendo estes escolhidos por apresentarem significação para a nossa pesquisa, de acordo com o nosso referencial teórico: os princípios funcionalistas de marcação e iconicidade, no que tange à ordem estrutural e cognitiva; o tipo de verbo e sua análise semântica, a noção de modalidade (grau de certeza) e as variantes extralingüísticas: tipo de inquerito e sexo.

4.4.1 Ordem (iconicidade)

Verificaremos, aqui, a relação apódose+prótase e prótase+apódose para saber se a iconicidade interfere na alternância das formas verbais. Traçamos, para tal feito, a determinação de ordem icônica *versus* não-icônica.

O nosso escopo é testar o princípio da iconicidade, para averiguar se há influência ou não da posição das frases quando um falante de português utiliza o imperfeito do indicativo no lugar do futuro do pretérito. Vejamos os seguintes exemplos:

26. "...se Aderbal tivesse aqui ele *seria* quem?" (D2, nº 28)

prótase apódose

“...é eu *preferia* de manhã se eles acordassem cedo...” (DID, nº 09)

apódose prótase

“...se houvesse uma guerra entre EUA e a Rússia... o Brasil não

prótase apódose

participava...” (DID, nº 22)

“O Magistério num *teria* professor em parte nenhuma se eu pudesse só ficar num colégio/ cabo-se...” (DID, nº 05)

4.4.2 Tipo de verbo

Tempo e aspecto são idéias que mencionam a temporalidade dos fatos; são categorias que expressam a temporalidade, a duratividade e a completude dos fatos.

Tomando por base as assertivas acima e como já havíamos mencionado, estudaremos, aqui, a tipologia verbal de Vendler (1967) que divide os verbos em 4 tipos: accomplishments (noção de consecutividade) estados, atividades, e achievements (noção de momentaneidade). Os 4 tipos verbais são fatores controlados na análise para testar a influência do aspecto (duratividade e completude).

As expressões verbais que indicam *accomplishment* fazem referência a uma parte integral de tempo. Para o autor, uma ocorrência verbal *accomplishment* deve essencialmente comprovar seu término.

27. “...se a senhora fosse ao mercado, certo? O que a senhora *compraria*?”
(PORCUFORT, DID N° 09)

“...eu *colocaria* no prato um pouquinho de arroz...de feijão...se fosse pra mim...”
(PORCUFORT, DID N° 09)

Temos, então, nos exemplos supracitados, os verbos *compraria* e *colocaria* caracterizados como *accomplishment*, pois percebemos que as respectivas ações nos mostram um ponto de referência no passado (uma ocorrência temporal passada) em que o fim é determinado.

Os verbos indicativos de estado são ocorrências que acontecem em todo período de uma certa ocasião temporal:

28. “...aí eles dizendo que se fosse eles num tinha dado...fosse outro já *tava* lá...” (PORCUFORT, D2, N° 02)

“Eu *ia ser* professor de novo se eu nascesse de novo...” (PORCUFORT, DID, N° 05)

Os *estados* não admitem separação em fases momentâneas; são situações que duram por uma quantidade definida de instantes temporais, como vemos nos exemplos acima, em que os verbos *estar* e *ser* deixam claramente transparecer a idéia de tempo indivisível em um determinado momento do discurso.

Consoante Vendler (1967), as *atividades* não necessitam ser acabadas, possuindo um grau de veracidade ainda que sofram interrupção. Carregam o rótulo de durativas, cuja ênfase é uma duração da ação no tempo.

29. "...o que acontece na cultura é o seguinte aqui no Brasil... dez por cento...se não fosse menos...desses dez por cento...apenas três a quatro por cento...*liam...*" (PORCUFORT, EF N° 36)

Os verbos indicam *achievement* na situação em que conseguimos uma resposta adequada a perguntas como: em que hora ou em que momento. Na concepção vendleriana, as ocorrências dos fatos são bem precisas, em que o verbo engloba o início, atingindo o desenvolvimento e o final do evento, não se estendendo em uma linha de temporalidade. O que difere verbos *accomplishments* dos verbos *achievements* é justamente o tempo implicado, em que os primeiros podem durar em uma linearidade temporal; já os segundos devem acontecer em um certo momento de tempo.

30. "Se eles pegasse uma gripe certo? Aí morresse em virtude dessa gripe aí eles *atribuíam (achievement)* a quê? (PORCUFORT, DID N° 01)

"...se eu fizesse cada aluno... *fazia (accomplishment)* ...os três anos..." (PORCUFORT, D2 N° 47)

4.4.3 Grau de certeza (modalidade)

Nesta parte da pesquisa, tratamos de avaliar a modalidade com base na escala abaixo, apreciando determinados critérios contextuais que implicam o grau de certeza expresso no enunciado:

<p>1. Certeza 1 (+) “certeza absoluta”</p>	<p>Caracterizado por conter advérbios de afirmação (sim, certamente, seguramente) locuções adverbiais (com certeza, por certo) advérbios de intensidade (muito, pouco, bastante), repetição do verbo usado, como no exemplo a seguir: “Eu ia ser professor <i>de novo</i> se eu nascesse de novo...” (DID, nº 05)</p>
<p>2. Certeza 2 (+/-) “índice médio de certeza”</p>	<p>Caracterizado por conter palavras denotativas de inclusão, como <i>também</i>. Exemplo: “Eu se fosse político grande eu dizia <i>também</i>...” (DID, nº 05)</p>
<p>3. Certeza 3 (+/-/-) “grau mínimo de certeza”</p>	<p>Caracterizado por conter expressões explicativas ou de planejamento de idéias¹⁹, expressões que denotem opinião (acho que, penso que na minha opinião), interrogação (frases interrogativas) e advérbios de modo, como no exemplo a seguir: “Se não quisesse trabalhar ele poderia fazer <i>assim</i>...” (EF, nº 17)</p>
<p>4. Certeza 4 (-) “incerteza absoluta”</p>	<p>Caracterizado por não conter nenhum dos itens acima. Exemplo: “Se a senhora...se tivesse uma pessoa doente a senhora receitaria esse prato?” (DID, nº 09)</p>

4.4.4 Tipo de inquérito

Os tipos de inquérito – diálogo entre dois informantes, elocução formal e entrevista – foram escolhidos a partir do banco de dados do PORCUFORT (português oral culto de Fortaleza) para comporem a pesquisa.

4.4.5 Sexo

O fator social *sexo* foi escolhido para analisar até que ponto o fenômeno da variação lingüística entre as duas formas verbais imperfeito do indicativo e futuro do pretérito na oração nuclear é influenciado e/ou condicionado pelo sexo do falante.

4.4.6 Estrutura temporal

O grupo de fator *estrutura temporal* foi escolhido para analisarmos se há uma tendência a utilizar o imperfeito do indicativo no passado, e nos casos de não-passado, o futuro do pretérito.

4.4.7 Uso de forma simples/perifrástica

Tratamos de analisar o grupo de fator *uso da forma verbal simples e/ou composta* (perífrase verbal) no intuito de verificar se existe influência na escolha do imperfeito do indicativo ou do futuro do pretérito nas orações nucleares das hipotaxes adverbiais, podendo, este último, favorecer o uso da forma simples, ao contrário do imperfeito do indicativo, podendo ser usado na forma composta.

4.5 Considerações finais do capítulo

Apresentamos o *corpus* da pesquisa, os grupos de fatores controlados, como também as questões e hipóteses sobre cada grupo de controle. No capítulo que se segue, descreveremos o fenômeno da alternância entre o imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito nas orações nucleares das hipotaxes adverbiais condicionais, considerando-se os procedimentos metodológicos aqui adotados. Nossa descrição será acompanhada de explicações teóricas, de correlações teórico-metodológicas, a partir

dos referenciais considerados nesta pesquisa: a Sociolingüística e o Funcionalismo Lingüístico.

Capítulo 5: Análise dos dados

5.1 Introdução

Observamos a variação lingüística numa perspectiva sociofuncionalista, a sopesar a função semântico-discursiva das variantes, indo ao encontro das explicações de cunho funcional para a checagem dos resultados obtidos. Partimos de autênticas situações de comunicação em que os usuários interatuam, como é o caso dos diálogos entre dois informantes (D2) e diálogo entre informante e documentador (DID), como também situações consideradas formais e dirigidas, a citar as elocuções formais (EF).

A variação lingüística é interpretada como uma prática da trajetória de regularização das formas lingüísticas, ocorrendo conforme o contexto, sendo universal a todas as línguas em uso. As formas lingüísticas que se alternam sem prejuízo semântico no enunciado são chamadas variantes, o que configura uma regra variável – variável dependente – como é o caso da alternância entre o imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito nas orações nucleares das hipotaxes adverbiais condicionais. Essas formas são motivadas pela própria situação comunicativa e pelas relações entre os indivíduos que compartilham a mesma língua. Além disso, há fatores lingüísticos e extralingüísticos atuando como motivações em competição a determinar o uso de uma ou outra forma.

Os grupos de fatores internos ou externos à língua são chamados de variáveis independentes, pois podem ou não exercer influência nos usos lingüísticos, acontecendo em maior ou menor grau de constância no discurso. No que concerne aos fatores internos, listamos os fonológicos, os morfológicos, os sintáticos, os semânticos, os discursivos e os lexicais; já os fatores externos estão ligados ao indivíduo, como sexo, idade, etnia, nível de conhecimento sociocultural, posição social, condição geográfica e aos contextos nos quais o falante se encontra inserido no ato comunicativo.

Essas variáveis atuam conjuntamente em correlações que dificultam ou beneficiam certos empregos de formas variantes que são semanticamente *iguais*. Assim, entendemos que a escolha de um constituinte lingüístico não ocorre aleatoriamente, cujas circunstâncias discursivas e sociais condicionam o uso de uma forma ou de outra, pelo fato de o falante julgar ser mais adequado um uso do que outro.

5.2 Variáveis selecionadas pelo VARBRUL

Em nossa pesquisa, propusemo-nos a verificar o fenômeno da alternância entre as formas verbais do futuro do pretérito e do imperfeito do indicativo. Para tanto, vejamos os exemplos a seguir:

31. “Se o Brasil fosse... se houvesse uma guerra entre os EUA e a Rússia... o Brasil não *participava*...” (DID, nº 22)

“Se o Brasil fosse... se houvesse uma guerra entre os EUA e a Rússia... o Brasil não *participaria* dessa guerra...” (DID, nº 22)

Por meio das questões e hipóteses elencadas abaixo, desejamos descrever e analisar o fenômeno da alternância entre o imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito nas orações nucleares das hipotaxes adverbiais condicionais, considerando os fatores de controle: a) ordem, b) tipo de inquérito, c) grau de certeza, d) tipo de verbo, e) sexo, uso ou não de perífrase verbal, f) estrutura temporal e g) uso ou não de perífrase verbal.

a) A ordem das orações – hipotaxe seguida da oração nuclear ou oração nuclear seguida da hipotaxe – pode condicionar a escolha das formas verbais imperfeito do indicativo e futuro do pretérito?

Hipótese: A ordem icônica pode interferir no uso do imperfeito do indicativo, a qual determina o acontecimento descrito pelo emissor, ao enfatizar a condição hipotética em seu discurso; por outro lado, a ordem não-icônica pode favorecer o uso do futuro do pretérito, em que o falante evidencia a consequência da condição hipotética em primeiro plano, portanto escolhe a forma marcada, ou seja, aquela menos freqüente no discurso.

b) Com relação ao tipo de inquérito, qual beneficia o uso do imperfeito do indicativo ? qual beneficia o uso do futuro do pretérito?

Hipótese: podemos dizer que o uso do imperfeito do indicativo é favorecido quando o tipo de inquérito é o diálogo entre dois informantes (D2), deixando, dessa forma, o diálogo entre informante e documentador (DID) e a elocução formal (EF) condicionar o uso do futuro do pretérito, pois este último possui um grau de formalidade mais expressivo do que, por exemplo, o diálogo entre informante e documentador (DID), enquanto o diálogo entre dois informantes (D2) se caracteriza por ser o mais informal dos três tipos de inquérito.

c) Com relação à modalidade, qual forma verbal – imperfeito do indicativo ou futuro do pretérito – é utilizada para evidenciar mais certeza? E menos certeza?

Hipótese: A noção de certeza pode estar atrelada à construção em que aparece o imperfeito do indicativo como variante do futuro do pretérito, enquanto que a construção típica com o futuro do pretérito, na oração nuclear, seguida do imperfeito do subjuntivo na hipotaxe condicional, pode indicar incerteza, seguindo uma escala de 1 a 4: grau 1 – “certeza absoluta”; grau 2 – “índice médio de certeza”; grau 3 – “índice mínimo de certeza” e grau 4 – “incerteza absoluta”, em que se pode associar os graus “1” e “2” ao uso do imperfeito do indicativo e os graus “3” e “4” ao uso do futuro do pretérito. A modalidade é a atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional como probabilidade, certeza, desejo e intenção.

d) Numa oração decorrente de um período subordinado que expressa condição no passado, ocorre mais freqüentemente que tipo semântico de verbo, quando

a codificação é feita pelo imperfeito do indicativo? E que tipo de verbo, quando é o futuro a forma escolhida?

Hipótese: quanto ao tipo de verbo, podemos dizer que o uso do futuro do pretérito ocorre mais em situações cujos tipos de verbos são *accomplishment*, *achievement* e *atividade* (situações mais dinâmicas) e o uso do imperfeito do indicativo ocorre mais em situações cujos tipos de verbos são de *estado* (situações estáticas, menos salientes).

e) no que tange ao sexo, o uso do imperfeito do indicativo é mais notado em homens ou mulheres?

Hipótese: com relação ao sexo, há uma tendência que indica que mulheres utilizam mais o futuro do pretérito do que homens, pois as mesmas são mais conservadoras, e tendem a utilizar a forma que denota mais prestígio social, que, de acordo com as normas tradicionais, é o futuro do pretérito.

f) quanto à estrutura temporal, podemos dizer que há uma tendência a utilizar o imperfeito do indicativo no passado, e nos casos de não-passado, o futuro do pretérito?

Hipótese: podemos dizer que, numa estrutura temporal pretérita, as formas verbais que indicam passado estariam mais disponíveis ao falante, tendo em vista ser mais fácil codificar situações passadas com formas típicas do passado. Nesse caso, há preferência pelo uso do imperfeito do indicativo, ficando o futuro do pretérito mais disponível para a codificação de situações futuras. Isso pode indicar uma associação

entre forma e função. Formas do passado tendem a ser utilizadas para codificar o passado e formas do futuro tendem a representar o futuro, o que indica que, cognitivamente, o falante relaciona forma-função temporal.

g) o uso da forma verbal simples e/ou composta (perífrase verbal) influencia na escolha do imperfeito do indicativo ou do futuro do pretérito nas orações nucleares das hipotaxes adverbiais?

Hipótese: quanto ao uso da perífrase verbal, as ocorrências são em maior número quando usado o imperfeito do indicativo, em detrimento ao uso do futuro do pretérito, já que este último favorece o uso da forma simples. Considerando-se o subprincípio da quantidade (apresentado no capítulo 2), pode haver mais perífrase com o imperfeito porque esta forma deve se diferenciar daquela de imperfeito que indica apenas um passado em relação ao momento de fala. A escolha de mais material de codificação decorre da necessidade de marcar a diferença entre os dois usos de imperfeito. Além disso, as perífrases com o verbo **ir** no imperfeito remetem mais diretamente ao futuro do que a forma simples do imperfeito, quando comparamos as duas formas em construções condicionais.

A partir das hipóteses acima, apresentaremos os grupos de fatores que se mostraram influentes (por ordem de significância) na variação do uso do imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito, com as discussões dos resultados. Desta forma, temos, abaixo, duas tabelas estatísticas que expõem os dados significativos da pesquisa:

Tabela 01: uso do **futuro do pretérito** X imperfeito do indicativo de acordo com o tipo de inquérito

Fatores	Aplicação/Total	%	Peso Relativo
Diálogo ente dois informantes (D2)	20/56	36	0.36
Diálogo entre informante e documentador (DID)	41/73	56	0.54
Elocução formal (EF)	24/38	63	0.64
TOTAL	85/167	51	

Em um primeiro momento, foram analisadas 167 ocorrências de uso das variantes futuro do pretérito e imperfeito do indicativo na função de eventualidade em orações nucleares decorrentes de construções condicionais nas três formas de discurso: diálogo entre dois informantes, diálogo entre informante e documentador e elocução formal. Desconsideramos dois casos em que foi utilizado o **imperfeito do subjuntivo** nas tais construções, pois esta forma modo-temporal (imperfeito do subjuntivo) “no lugar” das duas formas verbais acima mencionadas, não está sob análise.

É mister ressaltar que o item acima **aplicação** refere-se à forma verbal do **futuro do pretérito**. Podemos observar que, quando se trata do tipo de discurso analisado, é na elocução formal (EF) que se mostra um maior número de casos do uso do futuro do pretérito, cujo peso relativo, de **0.64**, foi mais significativo.

Desta forma, afirmamos que, nas elocuições formais, o uso do futuro do pretérito nas orações nucleares em contextos de condicionalidade é freqüente, no

entanto este tipo de discurso não inibe a ocorrência do imperfeito do indicativo, já o tipo de inquérito D2 – (diálogo entre dois informantes) favorece o uso do imperfeito do indicativo, tendo em vista a informalidade do tipo de discurso. Em contrapartida, o tipo de inquérito (EF – elocução formal) favorece o uso do futuro do pretérito por se tratar do uso formal da língua. Passemos, agora, à discussão do fator iconicidade

Tabela 02: uso do **futuro do pretérito** X imperfeito do indicativo de acordo com a iconicidade

Fatores	Aplicação/Total	%	Peso Relativo
Icônico	66/141	47	0.46
Não-icônico	19/26	73	0.72
TOTAL	85/167	51	

Diante do exposto acima, o imperfeito é influenciado pela ordem icônica. O futuro do pretérito, por outro lado, é mais usado quando a ordem é **não-icônica**. Nossa hipótese de que a ordem icônica pode interferir no uso do imperfeito do indicativo, e que, por outro lado, a ordem não-icônica pode favorecer o uso do futuro do pretérito foi confirmada, na medida em que se pode condicionar a escolha das formas verbais imperfeito do indicativo e futuro do pretérito de acordo com a ordem escolhida pelo falante.

5.3 Variáveis não significativas estatisticamente

Tendo em vista os grupos que não mostraram expressividade estatística na análise feita no pacote VARBRUL, temos a *modalidade*, em que, supostamente, certos

critérios contextuais implicariam o grau de certeza contido nas orações nucleares das hipotaxes adverbiais condicionais. Na rodada estatística, vimos que não há interferência dos usos de advérbios, adjuntos adverbiais, expressões explicativas de modo e oração coordenada encaixada quando o falante produz enunciados de ordem condicional.

Tabela 03: uso do **futuro do pretérito** X imperfeito do indicativo de acordo com a modalidade

Fatores	Aplicação/Total	%
Incerteza ("grau 4")	27/59	46
Certeza Absoluta ("grau 1")	21/35	60
Grau médio de certeza ("grau 2")	21/40	52
Grau baixo de certeza ("grau 3")	16/33	48
TOTAL	85/167	51

Em termos percentuais, podemos dizer que o futuro ocorre quando há mais certeza (grau "1"), cujo total foi de 60%; o futuro também aparece quando o falante evidencia um grau médio de certeza (grau "2"), em que temos 52% dos casos. Com relação ao imperfeito do indicativo, de acordo com a tabela, observamos que seu uso é favorecido quando o falante possui um grau baixo de certeza (grau "3"), que é 48% dos casos ou então quando evidenciar a incerteza em seu discurso (grau "4") – 46% dos casos.

Sendo assim, a nossa hipótese inicial de que a modalidade influencia na escolha da variável lingüística imperfeito do indicativo ou futuro do pretérito na construção de orações nucleares de hipotaxes adverbiais condicionais, de acordo com a rodada estatística no VARBRUL, foi refutada, por não ser considerada significativa.

Um outro grupo lingüístico que não mostrou resultados significativos foi o *tipo de verbo* de acordo com os critérios de Vendler (1967). Os dados estatísticos nos mostraram que o tipo de verbo usado nas orações nucleares das hipotaxes adverbiais condicionais – *accomplishment*, *achievement*, estado e atividade – não intervêm na escolha das formas modo-temporais aqui analisadas, embora o tipo de verbo *accomplishment* apareça mais quando a forma verbal utilizada é o futuro do pretérito (possivelmente porque são verbos que demonstram situações mais dinâmicas), como vemos na tabela 04:

Tabela 04: uso do **futuro do pretérito** X imperfeito do indicativo de acordo com a tipologia verbal de Vendler

Fatores	Aplicação/Total	%
Accomplishment	22/39	56
Estado	39/71	55
Achivement	15/37	41
Atividade	9/20	45
TOTAL	85/167	51

No que concerne os fatores extralingüísticos, após a rodada estatística no VARBRUL, detectamos que o grupo sexo não se mostrou significativo, o que quer dizer que tanto homens quanto mulheres tendem ao uso de uma ou outra das formas verbais, sem privilégios de escolha comprovados estatisticamente, conforme a tabela 05:

Tabela 05: uso do futuro do pretérito X imperfeito do indicativo de acordo com o sexo

Fatores	Aplicação/Total	%
Mulher	39/77	51
Homem	46/90	51
TOTAL	85/167	51

Em se tratando do grupo de fator lingüístico - estrutura temporal das formas verbais futuro do pretérito e imperfeito do indicativo - a estrutura temporal indicativa de futuro, combinada com a forma do futuro do pretérito, totalizou-se em 52%, enquanto a estrutura temporal indicativa de passado, combinada com a forma do imperfeito do indicativo, foi de 46%, como vemos abaixo, na tabela 06:

Tabela 06: uso do futuro do pretérito X imperfeito do indicativo de acordo com a estrutura temporal

Fatores	Aplicação/Total	%
Estrutura temporal: futuro	68/130	52
Estrutura temporal:	17/37	46

passado		
TOTAL	85/167	51

De acordo com os resultados acima, afirmamos que a estrutura temporal não favorece o uso do imperfeito do indicativo, tampouco do futuro do pretérito nas orações nucleares das hipotaxes adverbiais condicionais. Fato este que refuta nossa hipótese inicial, a qual supunha que havia uma disposição do falante para utilizar o imperfeito do indicativo no passado, e nos casos de não-passado, o futuro do pretérito, embora os percentuais conduzam nessa condição.

Observamos, após a leitura dos resultados da tabela 07 a seguir, que o fato de o indivíduo utilizar formas verbais simples (50%) não condiciona o futuro do pretérito. Desta forma, nossa hipótese primeira - de que o uso da forma verbal simples favorece o uso do futuro do pretérito, não se mostrou evidente, como podemos constatar. Vemos, também, que o uso da perífrase verbal (53%) não favorece o uso do imperfeito do indicativo no discurso.

Tabela 07: uso do **futuro do pretérito** X imperfeito do indicativo de acordo com o uso de formas simples e/ou compostas (perífrase verbal)

Fatores	Aplicação/Total	%
Estrutura verbal simples	65/129	50
Estrutura verbal composta (perífrase verbal)	20/38	53
TOTAL	85/167	51

Assim sendo, ao compararmos com o estudo feito em Karam (2000), por exemplo, verificamos que, ao contrário dos seus resultados significativos quanto ao uso da perífrase verbal entre as formas do futuro do pretérito e do imperfeito do indicativo na fala do Rio Grande do Sul (em que o uso do imperfeito inibe o uso da perífrase com o futuro do pretérito), nos dados dos falantes do PORCUFORT não houve significação conforme a rodada estatística no VARBRUL.

Considerações Finais

A partir das análises dos dados desta pesquisa, podemos dizer que o futuro do pretérito é alternado pelo imperfeito do indicativo quando se tratar de orações nucleares de hipotaxes adverbiais condicionais.

Embora as ocorrências da variante futuro do pretérito sejam 85 contra 82 do imperfeito do indicativo, este último mostrou um percentual expressivo no discurso, o que evidencia a significação do fenômeno da variação destas duas formas verbais em nossa pesquisa.

Com relação à iconicidade, percebemos que a ordem icônica é significativa quando se trata do uso do imperfeito do indicativo, deixando, assim, a outra variável – o futuro do pretérito – favorecida quando a ordem é não-icônica.

Já com relação ao tipo de inquérito, Podemos observar que, quando se trata do tipo de discurso analisado, é a elocução formal (EF) que se mostra mais propensa ao

uso da variante futuro do pretérito, o que não significa o impedimento da ocorrência da outra forma variável, o imperfeito do indicativo.

No que tange aos outros grupos de fatores expostos à análise nesta pesquisa como sexo, tipo de verbo, modalidade, estrutura temporal e uso de formas simples e/ou compostas, verificamos que não foram considerados significativos pelo pacote estatístico VARBRUL.

Destacamos, com esta pesquisa, a relevância da abordagem do tempo verbal no ensino e na descrição de estruturas subordinadas. As nossas gramáticas, que são adotadas nas instituições brasileiras de ensino, destacam as chamadas “conjunções condicionais” que aparecem na estrutura subordinada, sem chamar a atenção do leitor para o uso do verbo em questão, seu tempo, seu aspecto, sua modalidade.

Para efeito de futuras pesquisas, um possível estudo numa perspectiva histórica deste fenômeno da variação seria interessante, comparando as mudanças ao longo do tempo, em que poderíamos traçar um paralelo com o que os estudos atuais em língua portuguesa têm revelado. Propomos, assim, uma investigação diacrônica (do século XVI ao século XX) sobre o futuro do pretérito, em duas perspectivas: a) da variação e mudança, em que serão considerados todos os contextos de variação desta forma verbal com outras formas verbais e mudança em tempo real e b) funcionalista, em que serão analisadas todas as funções codificadas pelo futuro do pretérito ao longo dos cinco séculos e o fenômeno da gramaticalização.

Finalmente, salientamos que a pesquisa nos mostrou que a alternância entre o futuro do pretérito e o imperfeito do indicativo nas situações de eventualidade (oração

nuclear) das hipotaxes adverbiais condicionais com referência no passado na cidade de Fortaleza é um fenômeno de variação lingüística, condicionado pelo tipo textual e pela iconicidade.

REFERÊNCIAS:

ALI, M. Said. **Gramática Secundária da Língua portuguesa**, Ed. Melhoramentos, 1964.

ALMEIDA, N. Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 32 ed. São Paulo, Saraiva, 1983.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37 ed. revista e amp. Rio de Janeiro, Lucerna, 1999.

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas, Pontes, 1989.

BEZERRA, A.M.C. **A forma em “-ria” na linguagem culta falada na cidade de São Paulo**. Cadernos de estudos lingüísticos, 24, 1993, pp. 179-230. In: Delta v. 14, n. especial, São Paulo, 1998.

BRIGHT, W. **As dimensões da Sociolingüística**. In: Fonseca, M.S. & Neves, M.F. (orgs.) **Sociolingüística**. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.

CABRAL, Loni Grimm; GORSKI, Edair. **Lingüística e Ensino: reflexões para a prática pedagógica da língua materna** Florianópolis, Insular, 1998.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **A Forma Verbal Portuguesa em “-ria”**. 2 ed. School of Languages and Linguistics da Georgetown University, Washington, D.C., 1967.

_____. J. Mattoso. **Dicionário de Lingüística e Gramática**. Petrópolis, Vozes, p. 226, 2004.

CASTILHO, Ataliba T. de. 1968. **Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal na Língua Portuguesa**. Marília, São Paulo. Coleção Teses, nº 06.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 20 ed. Companhia Editora Nacional, 1979.

_____. Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 30 ed. Companhia Editora Nacional, 1994.

COMBETTES, B. **Ordre des Éléments de la Phrase et Linguistique du Texte**. Pratiques, n. 13, 1977.

COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C. *et alii.* (Eds.) On conditionals. Cambridge University Press, p. 333-351, 1986, apud HIRATA, Flávia Bezerra de Menezes. **A ordem nas construções condicionais do português escrito no Brasil.** Estudos Lingüísticos. XXIX – GEL – UNESP, 1999.

COMRIE, B. **Aspect: An Introduction to the Study of Verbal Aspect and Related Problems.** Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

CORÔA, M. L. M. S. **O Tempo nos Verbos em Português: uma introdução à sua interpretação semântica.** 2ª ed. Parábola Editorial, São Paulo, 2005.

COSTA, A. L. dos Prazeres. **A variação entre as formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro.** 1997. 125 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo.** 2a ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

_____. **Nova Gramática do Português Contemporâneo.** 3a ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, Maria Angélica Furtado; OLIVEIRA, Mariângela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs). **Lingüística Funcional: Teoria e Prática.** Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

DECAT, M. B. N. **Leite com manga, morre! : da hipotaxe adverbial no português em uso.** 1993. Tese de Doutorado – PUC, São Paulo, 1993.

DOMINGOS, R. de F. de Assis. **Variação no Uso do Imperfeito do Indicativo e Subjuntivo na Função de Cotemporalidade a um Ponto de referência Passado.** 125 p. Dissertação de Mestrado. UFSC, Florianópolis, 2003.

DUBOIS, Jean. **Dicionário de Lingüística.** São Paulo, 9 ed. Ed. Cultrix, p.567, 2004.

FARACO, C. Emilio & MOURA, F. Marto. **Gramática Escolar.** 1 ed. Ed. Ática, 2001.

FIORIN, J. L. **As Astúcias da Enunciação, as Categorias de Pessoa, Espaço e Tempo.** p. 183-184. 1ª ed. São Paulo, ed. Ática, 1996.

GARCIA, Othon. M. **Comunicação em Prosa Moderna.** 22 ed. R.J, ed. FGV 2002.

GUIMARÃES, Elisa. **A Articulação do Texto**. 2 ed. Ática, 1992.

GIVÓN, T. **Discourse and Syntax, Syntax and Semantics**. New York: Academic Press, 1979b.

_____. **Syntax: a functional-typological introduction**. v.2. Amsterdam: John Benjamins, p. 947, 1984.

_____. **Isomorphism in the grammatical code**: cognitive and biological considerations. Studies in language. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, p. 106, 1991b.

_____. Verbal Inflections: Tense, Aspect, Modality and Negation. In: **English Grammar: a functional-based introduction**. Vol I e II. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1993.

_____. **Syntax: a functional-typological introduction**. v.1. Amsterdam: John Benjamins, p. 30, 1984.

_____. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1995.

_____. **Syntax: An Introduction**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Company, 2001.

_____. **A Expressão do Tempo em Português**. 1ª ed. São Paulo, Ed. Contexto: EDUC, Col. Repensando a língua portuguesa, 1997.

HALLIDAY, M.A.K. **An Introduction to Functional Grammar**. London, Edward Arnold, 1985.

ILARI, Rodolfo . **A Lingüística e o Ensino da Língua Portuguesa**. São Paulo, Martins Fontes, 1985.

_____. **Perspectiva Funcional da frase portuguesa**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986.

_____. GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. São Paulo, Ática, 1985.

KATO, Mary A. **As Formas de Funcionalismo na Sintaxe**. Delta, nº14, p.145-168, 1998.

KOCH, Ingedore G. Villaça & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A Coerência Textual**. São Paulo: Contexto, 1991.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 7 ed., São Paulo, Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **O Texto e a Construção dos Sentidos**. São Paulo, Contexto, 1997.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Paper**, 44. Texas, 1978.

_____. **Principles of Linguistic Change: Internal Factors**. Cambridge, MA: Blackwell, 1994.

_____. William. **Principles of linguistic change: social factors**. Oxford: Blackwell, 2001.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo, Atlas, 2005.

LAVANDERA, B. **Where Does de Sociolinguistics Variable Stop? In Language Society**, Printed in Britain, 1977.

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge, Cambridge University Press, vol. 02, 1977.

LYONS, John. **Introdução à Lingüística Teórica**. São Paulo, Ed. Nacional/Edusp, 1979.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, Mudança e Linguagem: um percurso na história da lingüística moderna**. 1 ed. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

MACEDO, Alzira Verthein Tavares de. **Funcionalismo**. Veredas, 1998.

MARTELOTTA, Mário Eduardo T. **Os circunstasnciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional**. 317p. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, p. 69. 1994.

MARTELOTTA, Mário et al. 1996. O Paradigma da Gramaticalização. In: Mário E. T. Martelotta, Sebastião J. Votre & Maria Maura Cezario (orgs.). **Gramaticalização do Português no Brasil: uma Abordagem Funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 45-75.

MATEUS, M. H. Mira. **Gramática da Língua Portuguesa**. 3 ed. Caminho, Col. Universitária, 1989.

MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.) **Introdução à Lingüística – domínios e fronteiras**. Vol. 1 São Paulo, Cortez, 2001.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à Lingüística – Fundamentos Epistemológicos**. Vol. 3 São Paulo, Cortez, 2004.

NARO, A. J. “Modelos quantitativos e tratamento estatístico”. In: **Introdução à Sociolingüística variacionista**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1992.

NEVES, Maria Helena Moura. **A Gramática Funcional**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

_____. 2002. **A Gramática: História, Teoria e Análise e Ensino**. São Paulo, UNESP.

PERINI, M. A. **Gramática Descritiva do Português**. p. 133-134 São Paulo, Ed. Ática, 1996.

PINHEIRO, J. B. Gonçalves. **Tópicos de Linguagem: Gramática – Análise Sintática – teoria e prática**. 1 ed. Atual Editora, 1990.

PEZATTI, E. G. & CAMACHO, R. G. **Aspectos Funcionais da Ordem dos Constituintes**. D.E.L.T.A., 13, 1997.

PINTZUK, S. **Programas VARBRUL**. Tradução de Ivone Isidoro Pinto. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

REICHENBACH, H. **Elements of Symbolic Logic**. New York: The MacMillan Company, 1947.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 3 ed. Ed. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1978.

SACCONI, Luís Antônio. **Gramática Essencial da Língua Portuguesa: teoria e prática**. São Paulo, Atual, 1986.

SCHERRE, Maria M. Pereira. **Reanálise da concordância nominal em português**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1988.

SILVA, Tereza Santos da. **A Alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis**. 137p. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1998.

SOARES, Maria Aparecida B. Pereira. 1987. **A Semântica do Aspecto Verbal em Russo e em Português**. Rio de Janeiro, PROED –UFRJ.

TARALLO, F. **A Pesquisa Sociolingüística**. São Paulo: Ática, 2001.

TRAVAGLIA, Luis Carlos. **O Aspecto Verbal no Português: a categoria e sua expressão**. Ed. Revista Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1985.

_____. **Um estudo textual-discursivo do verbo no Português do Brasil**. 305p. Campinas, Tese de Doutorado – UNICAMP/IEL, 1991.

_____. Luis Carlos. O uso do futuro do pretérito no português falado. IN: **Gramática do Português Falado, Vol. VII: Novos Estudos**, 1999. Organização de Maria Helena Moura Neves. 2ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: ed. UNICAMP, 1999.

TAVARES, Maria Alice. A Gramaticalização de *E, Aí, Daí e Então*: Estratificação/Variação e Mudança no Domínio Funcional da Seqüenciação Retroativo-Propulsora de Informações – Um estudo Sociofuncionalista. 307 p. **Tese de Doutorado**. UFSC, Florianópolis, 2003.

VENDLER, Z. **Verbs and Times. Linguistics and Philosophy**. Ithaca, New York: Cornell, University Press, 1967.

VOTRE, Sebastião J. & NARO, Anthony J. **Mecanismos funcionais do uso da língua**. Rev. Delta vol. 5, nº 2, p. 169 – 184, 1989.

WEINREICH, U., LABOV, W. e HERZOG, M. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In:_____. **W. Lehman and Y. Malkiel (eds.), Directions for Historical Linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968.

1 O referido Banco de Dados – PORCUFORT – foi organizado pelo Prof. Doutor José Lemos Monteiro, professor adjunto da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Estadual do Ceará e professor titular da Universidade de Fortaleza.

2 Denominamos discurso “culto” aquele que traz a variante de prestígio, se for associada a um indivíduo que tenha nível superior ou a um grupo social de *status* considerado elevado (Lemos, 2002).

3 O segundo exemplo foi extraído do PORCUFORT, Elocução Formal nº 114.

4 Diálogo ente informante e documentador

5 Exemplo 1 extraído da entrevista nº 22 do banco de dados do Português Oral Culto de Fortaleza - PORCUFORT.

6 Exemplos extraídos do banco de dados do PORCUFORT, respectivamente, dos diálogos entre informante e documentador (DID), nº 06 e nº 24.

7 Os chamados grupo de fatores são divididos em fatores internos e externos à língua. Os primeiros fazem alusão à diferença de pronúncia (fatores fonológicos), fatores morfo-sintáticos (estrutura da língua), semânticos (significado) e condicionamentos discursivos; já os fatores externos se referem ao sexo, idade, escolaridade, aspecto sócio-geográfico e linguagem dentro do contexto comunicativo.

8 A tradução deste trecho é de nossa inteira responsabilidade.

9 Com base em Givón (1995), iconicidade, em termos lingüísticos, se refere à não-arbitrariedade da ordem das estruturas da língua, refletindo alguma espécie de motivação para tal acontecimento, como a extensão da expressão lingüística, a proximidade dos elementos lingüísticos que a compõe, nível semântico e nível de informação que o contexto traz. Dizemos, ainda, que a iconicidade é caracterizada pela

relação natural entre forma e função, ou seja, entre aquilo que é expresso e o seu conteúdo semântico.

1010. Neste princípio, o conteúdo de uma expressão lingüística é o que determina a não-arbitrariedade da forma que a norteia.

1111. Os *accomplishments*, para Vendler, aparecem com advérbios temporais do tipo "*por trinta minutos*", como, no exemplo: "João falará *por trinta minutos*".

1212. Exemplos de 6 a 9 retirados de Costa (1997, p. 20).

1313. Exemplos 10 e 11 retirados de Silva (1998, p. 17).

1414. Exemplo 12 retirado de Silva (1998, p. 97).

1515. Pacote estatístico VARBRUL, é um programa computacional que foi introduzido por Rousseau e Sankoff em 1978 (Pintzuk, 1988). O VARBRUL, conforme Naro (1992), é um modelo logístico de análise de dados que possibilita que o fenômeno da variação – correlação usos lingüísticos/ estrutura social – seja abordado estatisticamente.

1616. A Sociolingüística Paramétrica evidencia-se por um agrupamento entre a Gramática Gerativa a qual está atrelada aos princípios e propriedades paramétricas, procurando resgatar a interação interlingüística e a Teoria de Variação e Mudança Laboviana. Os pontos basilares que apóiam a teoria paramétrica nos estudos lingüísticos são aqueles em que as línguas podem fundir-se em alguns aspectos em sua gramática, o que os gerativistas chamam de propriedades paramétricas. A Sociolingüística Paramétrica também possibilita compatibilizar os resultados da lingüística de probabilidades com as previsões da lingüística de propriedades paramétricas e princípios, a partir dos fenômenos variáveis que se encontram na mesma gramática. (Barbosa, 2005).

1717. Para *inquérito*, segundo o ponto de vista lingüístico, temos: conjunto de registros orais de indivíduos que participam de uma mesma comunidade lingüística para fins de estudo e pesquisa científica.

1818. O uso do imperfeito na função de futuro do pretérito é relacionado a uma falta de projeção do fato num tempo futuro, isto é, é uma forma de predizer de maneira mais palpável uma hipótese, em vez de deixá-la na distância.

1919. Exemplificando: isto é, ou seja, etc

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)